



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Acta nº 5/2021

Aprovada em 28/04/2022

No dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e vinte e um teve lugar a 5ª Sessão Ordinária de 2021, realizada na Sal D. Afonso Henriques (Convento São Francisco), com a seguinte ordem de trabalhos:

#### I – ABERTURA

##### Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

- *Informações*

#### II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

##### Intervenções dos Deputados Municipais.

#### III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

##### 1. Intervenção do Presidente da Câmara

- *Informação escrita sobre a actividade e situação financeira do Município, nos termos da alínea c), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;*

- **Grupos Políticos**

##### 2. Apresentação da estratégia e documentos sobre as linhas gerais do Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2022

- *Parecer do ROC sobre a situação económica e financeira do Município*

##### 3. Apresentação da estratégia e documentos sobre as linhas gerais do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para o ano de 2022

- *Parecer do ROC sobre a situação económica e financeira dos SMTUC*

##### 4. Revisão do Regulamento do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas

##### 5. Contrato interadministrativo de delegação de competências na Freguesia de Ceira para 2018-2021 (aprovação de um acréscimo de 35.353,68€)

##### 6. 2ª Alteração ao Plano Director Municipal de Coimbra

##### 7. Serviço Municipal de Protecção Civil - Plano de Acção Municipal - Aldeia Segura/Pessoas Seguras

##### 8. Projecto da Acta nº 3/2021 de 29/07/2021

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

##### Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

###### *Eleitos directos*

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Ana Janelas, David Silva, Luis Silva, Tiago Bolhão, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Ramiro Simões, Bruno Carvalho e Margarida Branco.

*Presidentes de Junta de Freguesia:* António Coelho, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, João Pimenta, Jorge Veloso e Horácio Costa.

##### Grupo Municipal (PPD/PSD)

###### *Eleitos directos*

Lídia Pereira, Ricardo Lopes, Graça Oliveira, Carlos Figueiredo, Paulo Lopes e Diogo Rodrigues.

*Presidentes de Junta de Freguesia:* Francisco Rodeiro, António Teodoro, João Campos, Luís Correia e José Simão.

##### Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

###### *Eleitos directos*

João Pinto Ângelo, Luísa Silva e Rui Mendes.

*Presidentes de Juntas de Freguesia:* Victor Carvalho e Jorge Mendes.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Grupo Municipal Nós Cidadãos (NC):**

#### *Eleitos directos*

Lúcia Ferraz, Nunes da Silva, Lara Martins e Rui Rodrigues.

*Presidente de Junta de Freguesia:* Rui Soares.

### **Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

#### *Eleitos directos*

Jorge Almeida, Helena Mendes, Margarida Pocinho e José Castro.

### **Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):**

#### *Eleitos directos*

João Malva e Graça Simões.

### **Deputado Municipal do PPM**

António Cabral Oliveira.

### **Deputado Municipal do Chega**

Fernando Duque

### **Presenças da Câmara Municipal:**

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva e do Vice-Presidente Francisco Veiga, estiveram presentes os Vereadores, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Miguel Fonseca, Francisco Queirós, José Dias, Regina Bento e Carina Gomes.

### **Mesa:**

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Graça Simões, como Primeira Secretária e Paulo Cardoso como Segundo Secretário.

**O Presidente da Assembleia** iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do nº 1 artigo do 13º, do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015, bem como nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

### **Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

Deputado municipal **António Vilhena**, pedido de *suspensão de mandato*, por 6 meses, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Ramiro Santos**.

Deputado municipal **Rui Claro**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Elisabete Lemos**.

Deputada municipal **Elisabete Lemos**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Bruno Carvalho**.

Deputado municipal **Vitor Parola**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Jorge Fernandes**.

Deputado municipal **Jorge Fernandes**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Margarida Branco**.

### **Grupo Municipal (PPD/PSD):**

Deputada municipal **Susana Magnólia**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Paulo Lopes**.

Deputado municipal **Martim Syder**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Teresa Gaspar**.

Deputada municipal **Teresa Gaspar**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Diogo Rodrigues**.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Deputado municipal **Manuel Rocha**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Rui Mendes**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, bem como nos termos do nº 1, do artigo 13º, do Regimento da Assembleia Municipal.

### **I ABERTURA**

#### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal**

- Confirmou a existência de quórum e iniciou, formalmente, a Sessão;
- Colocou a Ordem de Trabalhos à consideração da Assembleia que, por sua vez, não apresentou objecções, pelo que certificou a sua *aprovação*;
- Comunicou as circunstâncias em que Francisco Veiga, Ana Bastos e Miguel Fonseca exerceriam as suas funções como Vereadores a par das actividades lectivas no seu Mandato;
- Anunciou uma apresentação técnica e política do Orçamento;
- Apresentou a lógica de distribuição de tempos para cada hora de debate, em que cada grupo político, em proporcionalidade regressiva com a seguinte porção: (PS-21mn; o PSD-13mn; a CDU-7mn; NC-7mn; CDS-PP-6mn e o CpC-5mn. Confirmada por todos os líderes dos grupos políticos;
- Avançou que, na sequência da aprovação do documento orientador das relações institucionais, a Câmara tinha criado soluções, nomeadamente, quanto à aquisição de serviços regularizando a situação da funcionária do Gabinete de Apoio; do ponto de vista financeiro, propondo a compensação financeira do trabalho em sede de Comissões;
- Divulgou três recomendações, da iniciativa do Deputado Fernando Duque do Partido CHEGA, depositadas no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal aquando da *1ª Sessão Extraordinária de 2021* e esclareceu que considerava as Moções referentes à *Celebração de 25 de Novembro e Remoção de Cartazes Políticos*, a 28 de Dezembro, quer extemporâneas quer conflituantes com o período de campanha decorrente, pelo que não as admitiu à discussão. A terceira Moção, relativa à *Preocupação com a Poluição da Fábrica de Souselas*, foi acolhida e observada;
- Acrescentou que os deputados independentes dispunham de 1,25mn para exercer, em qualquer *Ponto da Ordem de Trabalhos*, o seu direito a intervir.

**O Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão encetando as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

### **II PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **Intervenções dos Deputados Municipais**

#### **Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC):** [\[áudio 32:20 a 37:23 minutos - 1ª gravação\]](#)

- Declarou que não era bom sinal que as notícias do Executivo entroncassem sempre no que não tinha sido feito ou tinha sido mal feito pelo anterior. Também não era bom sinal ver que a herança do aplauso a medidas desgarradas continuava a encher as páginas dos jornais, todos os dias.
- Informou que terem ali, naquele momento uma apresentação prévia das linhas gerais do Orçamento e GOP parecia-lhes positivo, desde que tal se traduzisse numa clarificação das escolhas e estratégias e numa real abertura ao debate e às propostas das outras forças políticas. Assim esperavam e, portanto, avançavam com algumas das suas, resultado de reflexões e debates: No plano do combate e adaptação às alterações climáticas, tendo em conta que quase metade do território era florestal, havia muito a fazer, como bem tinham demonstrado as Professoras Anabela Mansa Azul e Helena Freitas e o Professor Xavier Viegas no debate que tinham organizado recentemente. Mas podiam começar por uma medida simples e económica: a disponibilização de trituradores de sobrantes agrícolas e florestais às juntas de freguesia, com prioridade às mais rurais, para os gerirem de acordo com as necessidades das populações. Assim se facilitava a limpeza,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

se evitavam fogueiras e se contribuía para a biodiversidade do solo, reciclagem de nutrientes e fixação de carbono; no plano da cultura, dando sentido e músculo à Candidatura a “*Capital Europeia 2027*”, instituir um plano concreto de suporte à atividade cultural das escolas públicas, com a cedência de transporte para as suas deslocações e entradas gratuitas em todos os lugares de cultura para todos os alunos. O “*Programa Nacional das Artes*” era um bom farol a seguir e aguardava resposta da Câmara de Coimbra; No plano da coesão e protecção social, era indigno da cidadania expor as pessoas, na sua fragilidade, a comerem na rua, no Pátio de Inquisição, junto ao Centro Municipal de Integração Social. Mais do que uma ação paliativa de cariz assistencialista, urgia um verdadeiro projecto para a erradicação da situação de pessoas sem-abrigo, capacitando-as e proporcionando-lhes meios para a reconstrução de projetos de vida autónoma, digna e socialmente inserida. No imediato era urgente encontrar forma de garantir a vacinação COVID às pessoas que se encontravam em situação de fragilidade social, nomeadamente os sem-abrigo e consumidores de drogas, sabendo-se que a maioria não o fazia autonomamente. Era igualmente urgente uma intervenção estruturada junto da população idosa que vivia isolada na Baixa e na Alta, proporcionando-lhes uma rede de apoio articulada, rentabilizando as várias instituições, de modo a evitar sobreposições e faltas; finalmente, a grande obra que podia mudar a cidade. Não era a que desejavam. Mas depois de tantos milhões “*enterrados e desenterrados*”, havia que exigir o melhor possível com a implementação do MetroBus, que, em articulação com os SMTUC, servisse, de facto, a boa mobilidade na cidade e reduzisse o trânsito automóvel; que cativasse a população e tornasse mais sustentável a rede de transporte público; que se harmonizasse com o espaço público e o tornasse mais vivo e qualificado; que ajudasse a vencer a decadência da Baixa e levasse a Cidade ao Rio. E ali esperavam pela força negociadora do Presidente da Câmara para fazer reverter os terrenos da IP para o Município, única forma de prevenir por inteiro o poder da especulação imobiliária e garantir a execução de um plano de desenvolvimento na Frente Ribeirinha que servisse de facto a Cidade de todos e para todos. E se pensassem nos muitos terrenos que o Município já tinha cedido aos muitos Governos e em outros que podia ceder em troca daquela fatia crucial, a janela de oportunidade era real e a não perder;

→ Terminou afirmando que esperava que o novo ano lhes permitisse diminuir as incertezas e perspectivar o futuro com mais confiança e ânimo, desejando a todos as melhores graças e muita alegria.

**Intervenção da deputada municipal Lúcia Ferraz (NC):** [\(áudio 38:01 a 43:33 minutos - 1ª gravação\)](#)

→ Declarou que tinham passado pouco mais de 2 meses desde tomada de posse do novo Executivo tinha que ter tempo, ainda, para lidar com acusações “*papalvas e inconsequentes*”, de ter, naqueles escassos 60 dias, conseguido a proeza de arruinar empresas camarários, acusações aquelas vindas de quem tinha sido directamente responsável pela gestão daqueles serviços ao longo dos últimos 4 anos. Esperavam mais da oposição. O debate de ideias, a contraproposta e o direito de oposição eram absolutamente vitais ao funcionamento da democracia. “*Ser oposição*” não podia ser confundido com “*ser contra*”. Por Coimbra, ansiavam por uma verdadeira oposição de opinião, com responsabilidade. Mas, apesar de terem decorrido somente dois escassos meses, já se percebiam alterações muito significativas na governação do Município. A Câmara começava a dar lugar à transparência e ao sentido democrático na governação., nomeadamente com a abertura da Câmara aos cidadãos, que tinham passado a poder acompanhar as reuniões do Executivo, integralmente transmitidas online, com total transparência e sem receio do escrutínio permanente das decisões por parte dos munícipes;

→ Percebia-se também a vontade de governar para os cidadãos, dando respostas atempadas e apresentando soluções em tempo adequado e oportuno, tendo-se, para isso, desmaterializado todos os processos, com a consequente melhoria na eficiência e rapidez de despacho;

→ Assinalou e enalteceu a oportunidade, na presente sessão, de um debate aberto e alargado sobre as linhas gerais do Orçamento e GOP’s para o ano de 2022, antes do mesmo ser encerrado, abrindo a possibilidade a que se exercesse verdadeiramente o direito de oposição. Instou no iniciar de um caminho que conduzisse ao rejuvenescimento do concelho, à fixação dos seus talentos, à atração de investimento. Em suma, a devolver a Coimbra a importância enquanto polo de liderança na zona centro do país. Infelizmente, muitas das acções do Governo Central do Partido Socialista, repercutiam-se directamente ao nível autárquico;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Um governo central que “*agitava a bandeira da descentralização*”, mas que era reconhecido pelos próprios ministros como o governo mais centralista dos últimos anos em Portugal; que cujos deputados tinham contribuído para o chumbo da deslocalização do Tribunal Constitucional para Coimbra, validando o parecer de 10 dos seus juízes-conselheiros, que consideravam desprestigiante a transferência do Tribunal para Coimbra;
- O Governo Partido Socialista tinha-se pavoneado de orgulho pela eficiência do processo de vacinação. O que era verdade, a vacinação em Portugal tinha sido um sucesso. Sucesso aquele que, contudo, se devia essencialmente à competência, organização e capacidade de liderança de um homem. Competência aquela que faltava àquele governo do Partido Socialista. O homem em causa tinha saído do processo, e tinham passado de primeiro país do mundo a vacinar 85% da população, para um 14.º lugar, na União Europeia, na lista dos países que mais tinham administrado doses de reforço. Um ano volvido sobre as primeiras doses administradas, esperava-se que o Ministério da Saúde tivesse já um processo logístico de vacinação definido e implementado, sendo mais que certo que a vacinação contra a COVID-19 iria fazer parte da rotina, tal como a vacina da gripe, com uma periodicidade regular para todos os grupos etários. Várias vagas pandémicas decorridas, não viam o SNS organizado para corresponder à necessidade de vacinar em massa a população, continuando a depender de espaços provisórios que, no caso de Coimbra, tinha impossibilitado a prática de várias modalidades desportivas que, de outro ponto de vista, eram fundamentais à promoção da saúde das populações. As estratégias avulsas e improvisadas, adoptadas no início daquela emergência sanitária, absolutamente justificáveis naquele período, tinham deixado de ser aceitáveis;
- Concluiu que do Governo central exigia-se estratégia, planeamento, capacidade de antevisão e de prevenção, a montante, evitando-se os falhas.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Mendes (CDU):** [\(áudio 44:03 a 46:55 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Pronunciou-se quanto à utilização do *Atrium Solum* pela empresa *Mercadona*, descrevendo que o centro comercial se encontrava ocupado com cerca de duas dezenas de pequenas lojas de comércio tradicional, que empregam várias dezenas de trabalhadores. Acrescentou “*local acolhedor e agradável, local de reuniões de trabalho e estudo, almoços de família e tertúlias de amigos*”;
- Defendeu que, segundo o modelo desenvolvimento que a CDU pretendia para Coimbra e para os municípios, a cidade estava servida de grandes superfícies comerciais, designadamente, super e hipermercados e “*a instalação da Mercadona no Atrium Solum prejudicará a qualidade de vida dos moradores, não fará de Coimbra uma Smart city/open city de pessoas felizes nem é amiga dos municípios e das famílias*”;
- Solidarizou-se, a par da CDU, com comerciantes e lojistas, moradores e utilizadores opositores do projecto;
- Instou ao Executivo Municipal para que fizesse tudo para inverter as intenções especulativas em torno de mais um espaço comercial da cidade, reforçando “*devemos encontrar os meios que permitam inverter a decisão, se é que ela foi tomada*”
- Declarou “*à Mercadona no Atrium Solum dizemos não!*” e sublinhou “*dizemos nós e diz uma Moção aprovada ontem na Junta de Freguesia dos Olivais*”.

### **Intervenção do deputado municipal Tiago Bolhão (PS):** [\(áudio 47:20 a 47:53 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Questionou o Presidente da Câmara sobre o “*Programa Municipal para as Alterações Climáticas*”, um trabalho desenvolvido pelo Executivo do Partido Socialista e que continha 92 medidas de combate e prevenção dos efeitos, nefastos, que as alterações climáticas vinham tido no Concelho. Gostaria de alertar para a premência de garantir que encetavam esforços para a concretização das medidas como forma de garantia de que a sua e as futuras gerações teriam a qualidade de vida desejada;
- Concluiu perguntado, qual o ponto de situação daquele programa e em que ponto de situação se encontrava a “*Comissão de Acompanhamento*”.

### **Intervenção do deputado municipal Ricardo Lopes (PSD)** [\(áudio 48:32 a 50:13 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Parabenzou o Presidente da Assembleia Municipal pela recente eleição, como Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM- Região de Coimbra e disponibilizou-se, em nome do PSD, para a criação de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

melhores condições de trabalho das respectivas Assembleias;

- Saudou a presença da colega de bancada, Deputada Lúcia Pereira, candidata a Presidente da Assembleia Municipal da coligação *Juntos Somos Coimbra*, que cumpria, actualmente, o seu dever enquanto deputada municipal e contribuía, assim, para o Grupo Municipal do PSD.

### **Intervenção da deputada municipal Luísa Silva (CDU):** [\(áudio 50:41 a 53:13 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Informou que no passado dia 17 tinha decorrido a primeira reunião daquele mandato do “*Conselho Municipal da Cultura*”, com a presença de 71 participantes, onde também tinha sido discutido e alterado o “*Regulamento do Conselho Municipal da Cultura*”. Tinha sido uma discussão bastante saudável, com a apresentação de propostas e sua introdução no documento. Todos os presentes tinham ficado esclarecidos das suas dúvidas, sendo o documento aprovado por unanimidade em quase todos os seus pontos. Também tinham feitas algumas alterações importantes ao seu funcionamento, como por exemplo o facto de se receber a “*Ordem de Trabalhos*” com a antecedência necessária para que se pudessem introduzir temas a discutir do interesse dos vários agentes culturais, mas também alterações a nível mais prático como, a Presidência do referido Conselho não ser obrigatoriamente da competência do Presidente da Câmara, mas sim, a ser eleito entre os membros do Conselho Municipal da Cultura;
- Saudou o Presidente da Câmara pela posição tomada sobre aquele assunto, reconhecendo que nem sempre o tempo permitia poder estar presente em todas as funções. Consideravam que a sua presença era muito importante no Conselho Municipal da Cultura, mas a sua ausência não poderia impedir o funcionamento daquele órgão;
- Informou que numa segunda parte da referida reunião, o Prof. António Pita apresentou o “*Bid book*”, livro utilizado como formulário de Candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura em 2027*”. Após a sua brilhante exposição, alguns agentes culturais tinham manifestado o desejo de não serem meros espectadores daquela candidatura, mas serem agentes culturais activos, participativos, de forma a demonstrar a dinâmica cultural efectiva da cidade de Coimbra. De facto, a cidade de Coimbra era muito rica culturalmente, mas parecia ser uma “*manta de retalhos*”, em que cada um trabalhava para si. Aquela “*manta de retalhos*” era extensiva à programação verificando-se, frequentemente, falta de articulação entre os diversos eventos realizados na cidade. Há muito que a CDU desejava a criação Conselho Municipal da Cultura, dotando-o de funções de apoio à consultoria no lançamento de projectos, concursos de ideias e grandes eventos;
- Aproveitando o lema da Candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura em 2027*” - “*Correntes de Mudança*” era altura de todos os agentes culturais se unirem em torno da cidade de Coimbra, e todos juntos, profissionais e amadores, fazerem de Coimbra um verdadeiro exemplo de Cultura. A Assembleia Municipal devia ser um dos espaços onde deviam discutir que modelo de governação pretendiam para ,de facto, criar um ambiente de cultura na cidade, criar as tais correntes de mudança com todos os intervenientes unidos por uma causa: “*uma cidade melhor*”;
- Terminou apelando que houvesse uma grande participação de todos os deputados municipais naquela matéria, exigindo aos diferentes órgãos municipais medidas de fomento de actividade cultural envolvendo todos os interessados.

### **Intervenção do deputado municipal David da Silva (PS):** [\(áudio 54:00 a 57:31 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Informou que depois de em Abril de 2020 o “*Somos Coimbra*” nomeadamente os Vereadores José Manuel Silva e Ana Bastos se terem declarado contra a realização de reuniões de Executivo com 10 elementos e terem faltado a essas mesmas reuniões, e depois de, após sairmos do estado de emergência, terem ido às mesmas reuniões sob protesto, achava que aquela reunião, em período de contenção nas festas e com o aumento de novos casos que todos conheciam e, mais ainda com os mais de 140 internados em cuidados intensivos, seria adiada ou realizada “*online*”. Não lhe dissessem que tinha sido por de tempo para organizar uma reunião “*online*”, porque, e citando o “*Somos Coimbra*” (...) “*até um adolescente organizava uma reunião online em poucos minutos*”;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- O Partido Socialista não estava ali sob protesto e fazia o seu papel sem a incoerência de outros e respeitando a democracia. Até um adolescente, fazia o “upload” dos documentos para aquela reunião, o que não faria era o desrespeito para com aquela Assembleia Municipal ao enviar, em PDF, não editável e remotamente pesquisável, a panóplia de documentos que tinham enviado. Tinha chegado no dia 23 às 18h18 e só tinha visto o mail no dia 24. Por respeito à sua família não os abriu, se bem que nem dois fins de semana de Natal davam para ler e apreender o necessário daqueles documentos;
- Tratou a “pseudo proposta” de orçamento era para uma “pseudo auscultação” e que tornava aquela reunião ainda mais descabida no período festivo e sanitário em que se encontravam. A mesma “pseudo proposta” *“era o orçamento de 2021 em vigor, mais umas “engenharias de pós” de uma rubrica para a outra. Era com base naquele orçamento que queriam que fizessem propostas? Onde estava o orçamento do Executivo, o que lhes tinha permitido ganhar eleições, as suas promessas? Os seus 9 milhões anuais para a “Capital Europeia da Cultura”, o aumento das freguesias e outras reivindicações que tinham tão preparadas havia anos. Para a “cereja no topo do bolo” ficava a “Visão Estratégica”;*
- Agradeceu a transcrição do programa eleitoral, um documento de “bota abaixo” e propaganda eleitoral com uma análise “SWOT” que continuava desactualizada e sem nexos, onde era uma oportunidade, a criação do Coimbra IParque;
- Terminou afirmando que teria oportunidade de colocar outras questões sobre o Orçamento e as GOP’s, solicitando que: *“por favor Senhor Presidente deixe se de copy pastes do programa, de uploads de actas e orçamentos dos outros. Não é mais candidato, pode começar a trabalhar, como alguns vereadores já o fizeram, respeitando-nos a todos”.*

### **Intervenção do deputado municipal Lídia Pereira (PSD)** (áudio 58:15 da 1ª gravação a 04:02 minutos - 2ª gravação)

- Agradeceu as palavras de Ricardo Lopes.
- Aludiu a “medidas impopulares” como impositivas, quando estava em causa o interesse público. Concretizando, referiu-se ao aumento do preço da água no concelho, sem a alteração da tarifa social, atendendo, por isso, às famílias com baixos rendimentos.
- afirmou que a opção do PS e da Administração das Águas de Coimbra, ter descido o preço da água, num período de aumento de água resultante do aumento de custos em todo o país, tinha comprometido “em larga medida” a sustentabilidade financeira da empresa. Enunciou como consequências, os desafios de adaptação às alterações climáticas, da manutenção e reabilitação de infraestruturas “que foi também durante este período negligenciada” e o aumento do preço da energia, nomeadamente, da eletricidade;
- Avançou que a anterior administração da empresa tinha reconhecido a insustentabilidade financeira das Águas de Coimbra, pelo que em Outubro de 2021 tinha proposto o aumento da taxa variável para 2022.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS)** (áudio 04:46 a 10:03 minutos - 2ª gravação)

- Reconheceu a Ricardo Lopes a coragem de admitir a “qualidade e gabarito” do Presidente da Assembleia, legitimamente eleito para a Assembleia Municipal e para a Assembleia Intermunicipal da CIM;
- Retomou a intervenção da Deputada Lúcia Ferraz em que dizia que “a oposição não é ser contra” e relembrou que o actual Presidente da Câmara e a Vereadora Ana Bastos, no anterior Mandato, votavam reiteradamente contra, como constante nas actas;

### **Intervenção do deputado municipal Jorge Almeida (CDS)** (áudio 10:48 a 15:38 minutos - 2ª gravação)

- afirmou que Coimbra saía sempre prejudicada com as decisões do governo socialista. Exemplificou: a mobilidade tinha um papel central na afirmação de Coimbra no país, pois só assim se podia tornar atractiva para o investimento, turismo e criação de riqueza; O governo socialista tinha tornado Coimbra a capital das obras inacabadas: *a A13, não liga ao IP3, no IP3, perdeu-se uma oportunidade histórica de melhoria substancial da via e tornar o IP3 numa auto-estrada, como tinha sido feito no antigo IP5 de má memória, que se tinha transformado na A25. Justificava-se plenamente o traçado em perfil de auto-estrada do IP3, face ao número de automóveis e viaturas pesadas que percorriam diariamente uma das vias com mais*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*sinistralidade do país no que dizia respeito à mobilidade entre concelhos, e mais a norte tinham o IC6 que havia mais de dez anos que estava por concluir. A ferrovia continuava a ser praticamente inexistente ou desadequada à mobilidade entre concelhos;*

- Mais recentemente, assistimos à reprovação da vinda do Tribunal Constitucional para Coimbra, com votos contra do Partido Socialista. Não deixava de ser estranho que o Partido Socialista sistematicamente desvalorizasse Coimbra e ainda assim prometia, ao país, o grande passo, a regionalização, quando o mais elementar dos pequenos passos, a progressiva descentralização, não era capaz de dar. Sobre a posição do governo, relembra as palavras da Ministra Ana Abrunhosa, que tinha afirmado que o país tinha o governo mais centralista. Mas aquele governo, o mais centralista nas palavras da Ministra tinha vindo a prejudicar Coimbra e o seu desenvolvimento;
- Declarou que a pergunta que presentemente deviam colocar era: *“que papel queremos para Coimbra no contexto nacional? Como perspectivamos que Coimbra esteja daqui a cinco ou dez anos?”* Queriam uma Coimbra com ambição capaz de ser uma cidade verdadeiramente atractiva e ser a capital de uma futura região metropolitana, que se afirmasse na Europa ou queriam ser uma cidade amorfa e desinteressante, incapaz de reter talento, onde milhares de estudantes frequentavam as instituições de ensino superior e procuram novos destinos após a sua formação académica? Politicamente, da esquerda à direita, todos reconheciam que uma questão estrutural do desenvolvimento nacional se prendia com o declínio demográfico, ou seja, precisavam de pessoas. Tinham que atrair empresas para Coimbra e fixar os jovens que se formavam nas instituições ensino superior, sendo que muitos deles já nem equacionavam sequer ficar em Coimbra. Um dos maiores desafios a que o país estaria sujeito, nos próximos anos e provavelmente décadas, era a desertificação do território e o subsequente risco de agravamento de assimetrias que ameaçavam a coesão territorial. Havia que pensar o território, a longo prazo, porque nunca as assimetrias regionais tinham sido tão evidentes e gritantes como agora. Presentemente, o Interior só tinha fogos, barragens, aterros sanitários, torres eólicas e pouco mais. Continuavam, ano após ano, sem sinais claros de descentralização, mas com sinais bem evidentes de esquecimento e desinvestimento no Interior;
- Declarou que presentemente ainda podiam discutir como alterar o desenvolvimento do território e utilizar os instrumentos políticos de promoção da coesão territorial. Coimbra tinha todas as condições para liderar a Região Centro e tornar-se a capital da futura Área Metropolitana. O país não tinha recursos ilimitados, o que implicava, necessariamente, uma gestão prudente e extrema parcimónia na despesa pública, em tempos *"normais"*. Ainda assim, Portugal continuava a destacar-se como um dos países europeus que menos gastava no combate à crise económica provocada pela pandemia. *“Ou seja, quando o país não devia gastar, gasta mal e quando devia gastar, não gasta o suficiente”*;
- Terminou afirmando que estavam no início de um novo mandato à frente da Câmara e tinham, colectivamente, que pugnar pela recuperação do papel de Coimbra no contexto regional e nacional.

### **Intervenção do deputado municipal Diogo Rodrigues (PSD)** (áudio 16:13 a 19:40 minutos - 2ª gravação)

- Destacou as escolas secundárias e a Universidade de Coimbra de entre as melhores do país, contrapondo à baixa taxa de retenção de jovens apresentada pela cidade;
- Apelou ao sentido de futuro, para que jovens pudessem criar as suas vidas na cidade aludindo, para tanto, à escassez de empresas, investimento e, até então, vontade política na cidade;
- Reportou uma situação que o próprio tinha vivenciado quando, no Verão, tinha aberto uma microempresa em Coimbra: ao contactar o Gabinete de Apoio ao Investidor para se inteirar dos requisitos para iniciar o seu projecto, o funcionário que o atendeu, comprometendo-se a alinhar respostas dos departamentos competentes, retomou a chamada dizendo que não conseguia obter respostas junto dos serviços, aconselhando-o a fazer o contacto directamente com a Câmara Municipal através do email geral. Reflectiu *“a Câmara Municipal, que devia ser a primeira interessada em contactar empresas pediu para eu a contactar (...) porque a própria câmara não conseguiria contactar os departamentos correspondentes (...) essencialmente mostra como foi difícil, nos últimos anos, ser empresário em Coimbra”*;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Terminou questionando “*será utópico (...) jovem pensar que os pólos tecnológicos serão instalados em Coimbra?*” e respondendo negativamente apelou ao trabalho da Assembleia para atrair empresas, criar condições e coincidir com os locais de decisão para promoverem a criação de emprego”.

### **Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD):** (áudio 20:20 a 23:20 minutos - 2ª gravação)

- Instou, a título de nota prévia, ao Presidente da Assembleia e aos serviços da Câmara, por melhores condições de trabalho para os membros da Assembleia Municipal, porque não era possível usar computadores nas mesas disponibilizadas;
- Retomou a intervenção de Graça Simões e referiu que a situação do isolamento dos idosos estava a ser acompanhada pela União de Freguesias de Coimbra, divulgando, inclusive, um rastreio, a par com a PSP, para que todos os idosos isolados fossem sinalizados e identificados;
- Abordou a instalação do *Mercadona* e partilhou da ideia de inadequação do espaço do *Atrium Solum*. Na senda, mostrou preocupação com a instalação do IKEA, adiada há 8 anos, e que traria inúmeros posto de trabalho. Solicitou o reporte do ponto de situação por parte da Câmara;
- Agradeceu, por fim, ao Presidente e à Câmara Municipal o apoio financeiro disponibilizado para a realização do Mercado de Natal.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

- Declarou “*a minha eleição como Presidente da Assembleia Municipal foi feita no devido tempo (...) portanto gostaria que este assunto não voltasse a ser evocado em nenhuma circunstância*”;
- Abordou a “*marca de Coimbra*” patente na Assembleia da CIM, com a ajuda e consenso das forças políticas e sensibilizou “*é um assunto que eu (...) gostaria que não se voltasse a falar mais*”;
- Tratou a questão do espaço e justificou que, com a pandemia, não poderia garantir que não voltariam às condições originais na “*Sala de Sessões*”, ainda assim ia tentar melhorar com a cooperação da Câmara Municipal que, salvaguardou, desde logo, que era a melhor, bem, como com o Convento São Francisco;
- Observou que o “*Período Antes da Ordem do Dia*” servia para retratar Coimbra ao invés de promover a campanha eleitoral com assuntos alheios às problemáticas da cidade;
- Interpelou o Presidente da Câmara no sentido de averiguar se queria intervir na abertura do *Ponto* ou se relegava para depois da apresentação técnica do Orçamento abdicando de parte do seu tempo para disponibilizar o exercício da palavra a Dr. Pedro Malta, Director do Departamento Financeiro.

## III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### **Intervenção do Presidente da Câmara Municipal:**

- Reforçou os elogios tecidos sobre a pessoa do Presidente da Assembleia, afirmando “*temos tido excelentes diálogos, muito positivos para Coimbra*”;
- Regozijou o facto de estarem a debater o Orçamento e as GOP para 2022 antes do seu encerramento, “*de uma forma maximizante de cumprir o direito de oposição, uma inovação na democracia de Coimbra que queremos sublinhar*”;
- Aludiu aos Censos de 2021, segundo os quais afirmou que Coimbra era o 16º Concelho do país, perdendo sobretudo jovens por falta de emprego, tornando-se num concelho cada vez mais envelhecido. Mencionou, também, que a cidade ocupava o 67º lugar nos concelhos nacionais no concernente a empresas de produção de bens para exportação;
- Referiu um estudo encomendado pela Câmara Municipal de Coimbra e realizado pela “*UBBO*”, uma fonte de informação independente, cuja análise de “*SWOT*” reflectia os problemas, as limitações e falta de estratégia da anterior gestão camarária que pretendiam corrigir. Relatou como fraquezas apontadas nesse âmbito, a estrutura de emprego dominada pelos serviços públicos; o fraco dinamismo empresarial; a diminuição da população, aumento da população envelhecida, baixa taxa de cobertura para os equipamentos sociais para a população idosa; preço elevado da habitação para venda e para arrendamento;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Partilhou como principal preocupação dos primeiros dias de Mandato o contacto com a realidade e respectiva digitalização e aceleração afirmando que apenas trabalhava despachos informáticos e sem atrasos, induzindo um processo de digitalização positivo nos serviços que, de imediato, enalteceu no esforço dos trabalhadores da Câmara;
- Apontou como sinais de mudança os contactos empresariais para os quais se encontravam atentos e responsivos e para a criação de um instrumento de participação pública “online” inserido no balcão virtual da câmara com concursos de ideias;
- Avançou que na elaboração do actual Orçamento não tinham sido introduzidas, ainda, alterações substanciais e abordou a factura da água “*fomos obrigados a aumentar, não o preço da água, mas apenas a componente variável das águas residuais*”, justificou que o PS tinha aumentado o custo das águas residuais para as Águas de Coimbra em 25 % e , mesmo assim, apenas 9,9% se reflectiriam no preço desta componente na factura dos munícipes, sem alteração da tarifa social e reflectiu “ *não o fazermos seria condenar as Águas de Coimbra à falência ! É chocante que o PS tenha votado contar esta actualização a que o próprio partido obrigou*”;
- Afirmou a potencialidade do concelho de Coimbra e dos concelhos vizinhos para uma região “cooltech”, com mais emprego qualificado, mais habitação acessível, com estratégias diversificadas, para atrair, fixar e corresponder aos jovens; Apontou Coimbra, no futuro, como concelho dinâmico no campo cultural, tecnológico, empresarial, ambiental, demográfico e social;
- Enunciou como estratégia, o trabalho em sinergia com as diversas instituições com os mesmos propósitos, potencializando desenvolvimento e crescimento mútuo, nomeadamente, a Universidade de Coimbra, o IPN, os HUC, a Escola de Enfermagem e a Escola de Hotelaria e Turismo, para a qual, inclusive, já tinham disponibilizado um lote de terreno para o seu crescimento;
- Reforçou a necessidade de apoio continuado à produção e divulgação cultural e artística local, tornando Coimbra numa referência, com uma actuação sinérgica dos agentes culturais com autonomia própria e com as indústrias criativas a afirmarem e promoverem cultura e produção artística, turística e prosperidade. Referiu a Candidatura a Capital Europeia da Cultura 2027 constituía uma oportunidade para a cultura e as artes em geral e as indústrias criativas em particular se desenvolvessem sustentavelmente;
- Anunciou que introduziriam o conceito de saúde em todas as políticas camarárias, com a preocupação premente com a saúde física, mental e social das pessoas e animais, atendendo às questões sociais, ambientais e de mobilidade dependentes directamente do Município e à ampla concepção de saúde introduzida pela Organização Mundial de Saúde;
- Apresentou a parceria com a CIM, numa estratégia de grande área metropolitana, assumindo Coimbra como núcleo dinâmico de uma região metropolitana com um desenvolvimento policêntrico que incitasse o emprego e o desenvolvimento económico, na linha da frente da sustentabilidade e qualidade de vida e reduza as assimetrias e da periferia em conjunto com as várias instituições locais;
- Aludiu à total transparência e sentido democrático com a transmissão online das reuniões do Executivo, sem receio do escrutínio popular, com decisões baseadas no mérito, gestão participada e preocupação central com as pessoas. Recordou, a este título, que tinha assinado a *Declaração de Compromisso Autarca pelo Bom Governo e Transparência Internacional*;
- Enfatizou o papel dos recursos humanos e referiu que as alterações do Mapa de Pessoal estavam justificadas com a necessidade de melhorar o funcionamento da Câmara e para responder aos desafios da descentralização “*estamos a tentar atrair talentos o que sendo vital não é fácil com os limites impostos na Administração Pública*”;
- Anunciou a constituição do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento de Coimbra e a organização, anual, de um grande Congresso Empresarial e de Investimento em Coimbra em conjunto com IPC, UC, Escola de Hotelaria e Turismo e os empresários locais, de impacto internacional, reforçando a *Marca Coimbra* como marca inteligente mundial;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Salvaguardou que as freguesias seriam encaradas como parceiras e, apesar de não se encontrar reflectido no actual Orçamento, teriam mais dotações do que alguma vez lhe tinham sido disponibilizadas;
- Garantiu que Coimbra estaria na vanguarda da neutralidade carbónica com a adesão ao Programa *Municípios Zero Resíduos*, dedicado ao apoio de cidades e à transição de produção *Zero Resíduos*. Acusou o *Programa Municipal das Alterações Climáticas* de não ter metas quantificadas, pelo que promoveriam a sua alteração e actualização. De forma paralela, enunciou a parceria com o programa LIFE com um plano de acção para as energias sustentáveis, geoclima, na sequência da adopção do *Pacote da Energia* da União Europeia, com candidatura liderada pela UC.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia:**

- Cedeu a palavra, por delegação do Presidente da Câmara, ao Director do Departamento Financeiro, Dr. Pedro Malta para que avançasse com a apresentação técnica das linhas gerais do Orçamento;
- Rectificou e, solicitando as inscrições em *Mesa* para o *Ponto 1*, cedeu a palavra ao Deputado João Malva.

### **Intervenção do deputado municipal João Malva (CpC):** [\(áudio 56:20 a 59:22 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Saudou o diálogo construtivo entre a Assembleia e o Executivo Municipal.
- Informou que relativamente à Cultura, nomeadamente ao “*Museu da Língua Portuguesa*”, tinham tido a oportunidade de assistir à apresentação pública do “*Bid Book*” de candidatura a “*Capital Europeia da Cultura*”. Propunham que o Município adquirisse a “*Casa de Jaime Cortesão*”, em São João do Campo, e instalasse uma extensão da rede Municipal do “*Museu da Língua Portuguesa de Coimbra*”. O valor arquitetónico e histórico da “*Casa de Jaime Cortesão*” não podia ruir em pleno coração de São João do Campo. O valor cultural da obra de Jaime Cortesão e a sua ligação ao exílio no Brasil, justificavam plenamente a ambição de transformar a sua casa num símbolo da ligação de Coimbra ao “*Museu da Língua Portuguesa de São Paulo*”. O impacto orçamental, de emergência, limitava-se à aquisição do imóvel e de estabilização de estruturas;
- Relativamente ao “*Bem-estar Animal*” e à criação de “*equipa de socorro e resgate animal*” disse que a negação da dignidade da condição animal, a negligência ou o maus-tratos animal, eram exemplos de atraso cultural dos indivíduos e das sociedades. Coimbra estava entre as cidades mais cultas e respeitadoras da vida da Europa. Devia, por isso, ser exemplar nas políticas, e sobretudo nas práticas, de respeito pela vida e bem-estar animal;
- Concluiu propondo a criação de uma equipa de socorro e resgate animal, funcional 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, que estivesse ao serviço dos cidadãos para acções de emergência no socorro e resgate de animais em perigo. Aquela equipa deveria funcionar em articulação com os serviços médico-veterinários do Município e com as Associações de Defesa Animal de modo a garantir o devido acompanhamento médico-veterinário, recuperação e devolução ou adoção. A criação daquela unidade podia tirar partido dos recursos materiais e humanos existentes nos Bombeiros Municipais com adaptação de um veículo de resgate e de formação dos respetivos recursos humanos.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

- Actualizou os tempos, anunciando que o presente *Ponto* dispunha de 30mn com a seguinte distribuição: PS-10,30mn; PSD-6,30mn; CDU-3,30mn; NC-3,30mn; CDS-PP-3mn e o tempo do CpC, esgotado com a intervenção antecedente.

### **Intervenção da deputada municipal Lara Martins (NC):** [\(áudio 00:24 a 02:44 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Saudou o escrutínio alcançado devido às transmissões em directo das reuniões do Executivo, nas páginas de *Facebook* e *Youtube* da Câmara Municipal de Coimbra: “*Mais conhecimento, maior transparência, melhor cidadania*”;
- Naturalmente que aquela actividade era de apenas um par de meses de exercício e era ainda pautada pelas medidas relativas ao combate da pandemia causada pela Covid 19, nomeadamente o cancelamento da festa de fim de ano cujo valor revertia para os SMTUC, a abertura de um Centro de Testagem gratuito, em horário



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

noturno, para que a socialização se fizesse da forma mais segura possível, a deslocação do centro de vacinação para a outra margem do rio e a prorrogação das medidas de apoio à economia local e aos comerciantes com isenção de taxas até Março de 2022. Ressaltavam entre outras actividades, aquela que era alusiva à época do ano que viviam, a Proposta de Alteração ao PDM a ser votada, a adjudicação do novo Centro Escolar de Cernache, a proposta de nova delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) Coimbra-Universidade/Sereia e respectiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e a apresentação da candidatura de “Coimbra Capital Europeia da Cultura 2027”;

→ Por fim, enalteceu a intenção de instalar um “Museu da Académica” no Edifício do Chiado. A Académica era um activo poderoso da cidade de Coimbra e fazia parte integrante da sua história e da história do país.

**Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS):** ([áudio 03:11 a 06:50 minutos - 3ª gravação](#))

→ Aludiu a mais transparência, mais proximidade, mais democracia, mais respeito pelos munícipes e mais verdade na informação prestada, como aspectos distintivos, que aumentavam a confiança no sucesso da mudança que todos desejavam. Actualmente, os munícipes sabiam que: não tinham de esperar uma eternidade pela apreciação de uma proposta ou de um projecto; podiam participar nas reuniões de câmara, ou acompanhá-las em directo; eram recebidos e ouvidos por quem tinha poder de decisão; não havia decisões inexplicáveis nem acesso aos decisores através de amigos;

→ Naquele espírito, o Executivo trazia àquela Assembleia Municipal uma versão preliminar de orçamento, para que pudessem analisá-lo, discuti-lo e colaborar na sua melhoria, antes de ser apresentado, em versão final, para aprovação, numa clara demonstração de abertura ao diálogo e à participação de todos, que naturalmente saudavam. Sendo, embora, por razões facilmente entendíveis, um orçamento de continuidade, era também um documento com contas certas e verbas rigorosamente definidas, no qual se identificava um rumo, uma orientação no sentido da clareza e da verdade, sem margem para engenharias financeiras alternativas nem equívocos financeiros instrumentais. O mesmo se podia dizer da proposta de orçamento dos SMTUC, com foco na tão necessária quanto urgente recuperação e renovação da frota, sem a qual era impossível assegurar a sustentabilidade daquele serviço essencial. Importava sublinhar, com satisfação, o “*emagrecimento*” das propostas orçamentais no que respeitava a avenças e estudos por entidades externas, a grande qualidade técnica dos trabalhadores do Município e das suas estruturas e empresas ficava assim muito mais valorizada e reconhecida. Ainda assim, seria certamente necessário ajustar o mapa de pessoal às necessidades decorrentes da descentralização de competências, mas estavam certos de que também naquele aspecto ficaria clara a mudança, porque seriam contratados os melhores, independentemente da cor do respectivo cartão partidário, das amizades pessoais ou familiares ou das pertenças a clubes e organizações;

→ Concluiu que estavam no caminho certo. A fase de transição demoraria até 2023, por força do Acordo de Parceria “Portugal 2020”, mas, até lá, importava definir e ter preparados os projectos, estruturante alavanca, que impulsionassem definitivamente Coimbra ao lugar que merecia e onde tinha de estar a primeira capital de Portugal: “*uma cidade cosmopolita e vibrante, centro de uma região próspera, moderna e atractiva*”.

**Intervenção do deputado municipal João Pinto Ângelo (CDU):** ([áudio 07:09 a 15:44 minutos - 3ª gravação](#))

→ Pediu que fosse feita a sua inscrição para os Pontos 2 e 3 da “Ordem de Trabalhos”;

→ Afirmou que o país de “*cócoras*” perante as determinações económicas estrangeiras que impediam o desenvolvimento autónomo, recusava-se o investimento no SNS com o reforço das equipas de saúde pública, a contratação de mais profissionais de saúde, a recuperação das consultas, dos exames e das cirurgias que tinham ficado em atraso, do adequado reconhecimento profissional dos trabalhadores. Instou a políticas novas, não só na saúde, mas de acordo com as necessidades do país e dos trabalhadores, esses sim, os verdadeiros produtores de riqueza que se tinham visto condenados ao empobrecimento continuado.

→ Aludiu à renovação das expetativas acentuadas pela mudança significativa na condução da Câmara Municipal, importava responder às necessidades e corrigir erros cometidos. Ao que parecia começava-se a duvidar da bondade por quase todos aceite da transferência de competências do Estado Central para a Autarquia, ainda que ignoradas as advertências atempadas expressas no voto contra da CDU. Aquilo que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

era, então, óbvio, acentuava-se agora com consciencialização que com as competências não viam os meios necessários para as assegurar de forma adequada e sem perdas de qualidade;

- No que tocava à Saúde, disse que importava corrigir a “*absurda decisão*” da construção da nova maternidade no espaço sobrecarregado dos HUC, decisão que ao que parecia era “*segredo de polichinelo*”, conhecido desde há muito pelos intervenientes então no poder e por aqueles que aspiravam ao lugar e escondida dos conimbricenses. Entretanto, as maternidades existentes definhavam, por falta de investimento em recursos humanos e materiais, pondo, a prazo, em risco as parturientes e os novos nascituros. Importava inverter a destruição dos Covões, dotando aquele hospital das valências que consagassem a sua reconhecida excelência ao serviço de centenas de milhares habitantes na região centro do país. Os cuidados de saúde mental definhavam e a falta de investimento nos cuidados de saúde primário, com extensões de saúde com deficiente funcionamento ou sem funcionamento, dificultavam o exercício do direito de acesso generalizado à saúde;
- Em relação à Educação, havia que percorrer o caminho timidamente encetado no executivo anterior e reforçar a tutela pública dos refeitórios escolares, aproveitando as capacidades instaladas e servindo adequadamente as crianças e alargar a rede municipal de creches, gratuitas, ajudando a criar condições para que os casais jovens pudessem constituir família. Tomar medidas urgentes, nem que fosse em substituição de um cada vez mais ausente Ministério da Educação, para requalificar a Escola Secundária José Falcão, berço cultural de muitas gerações de conimbricenses e a escola da Conchada, essencial na integração social pelo trabalho educativo, a precisar de requalificação urgente nas condições existentes, o quadro eléctrico desatualizado e passar de duas salas de aula para quatro;
- Quanto à habitação declarou que a atração de habitantes ao centro da cidade, contrariando a continuada periferização da habitação era um dos maiores problemas de quem queria morar em Coimbra e se deparava com preços especulativos. Urgia reabilitar a Baixa e o “*casco velho*” da cidade, com medidas de intensificação da fixação de habitantes, alterando o modelo de gentrificação a que vinham assistindo nos últimos anos. Importava aproveitar e determinar para uso público infraestruturas desocupadas. A Câmara Municipal não podia ser indiferente, para um adequado planeamento da cidade, o destino para equipamentos como o edifício degradado do ISCA, o Convento de Santa Clara a Nova, o antigo Hospital Pediátrico, a antiga Manutenção Militar, o antigo Grémio da Lavoura, entre outros, cuja titularidade exterior ao Município, ou não, não era razão para autorizar a instalação de ruínas na Cidade. nem as deixar em posio para que mercado imobiliário especulativo se aproveitasse do “*desleixo*” municipal;
- Em relação à aposta na Mobilidade entendia que devia responder ao caos de circulação nalgumas artérias da cidade, não se podia esgotar no novo serviço de autocarros articulados, “*ungidos*” como Metro de Superfície. Era cada vez mais consensual que a aposta no transporte, mantendo a Estação Nova como porta de entrada e saída dos milhares dos seus utentes e a aposta nos SMTUC mobilizados para a criação de modernas políticas públicas de mobilidade, eram compatibilizáveis e asseguravam novos rumos de crescimento ao serviço público municipal de transportes;
- A Cultura era paradigma de afirmação da cidade de Coimbra. O lançamento como desígnio da cidade da candidatura a “*Capital Europeia da Cultura*”, exigia que aquela candidatura não se esgotasse em si mesma e trouxesse consigo um aproveitamento da muita produção cultural que já existia, do reconhecimento aos vários agentes, profissionais ou amadores, que tornavam Coimbra uma cidade, também ali, cada vez mais diferenciada. Mais do que manifestações de intenção exigiam-se medidas concretas de investimento nas estruturas locais de produção artística e cultural, como era o caso da Cooperativa Bonifrates, instalada numa garagem, na regularização da situação dos trabalhadores das áreas técnicas e de produção do Convento de São Francisco, na facilitação de uma rede municipal de programação artística, capaz de articular calendários de programação;
- Apelou à abertura de caminhos para que todos os munícipes, particularmente aqueles que não podiam dispensar a intervenção dos poderes públicos, se revissem na sua Autarquia como instituição ao seu serviço.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 16:48 a 27:30 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Assumiui, desde a última sessão, o Partido Socialista como oposição responsável, construtiva, sempre, com uma componente de seriedade. O Movimento "*Juntos Somos Coimbra*", tinha-se constituído na obrigação, como estava escrito no seu programa eleitoral de "*Libertar o imenso potencial de Coimbra e da sua gente*", no fundo, transformar como ali também se escrevia "*Coimbra, Polo de Cultura e Desenvolvimento*". Era um programa parco em medidas concretas, apenas assente num conjunto de medidas programáticas e abstractas. Mas tinha sido assim que os Conimbricenses o tinham elegido para o governo do Município, pelo que o Partido Socialista estava totalmente disponível para ajudar a concretizar;
- Dirigindo-se ao Presidente afirmou que, o Partido Socialista tinha de dizer que era preciso manter aceso o "*facho da verdade*". O discurso que vinha sendo adoptado pela Câmara não assentava na realidade e na verdade. Logo se alcançava das insinuações que constavam do documento intitulado "*Visão Estratégica para Coimbra*" apresentado àquela Assembleia Municipal;
- O Partido Socialista não aceitava que a crise demográfica de Coimbra que evidenciavam os Censos 2021, abrangendo o período temporal de 20 anos, sendo os últimos oito da gestão do Partido Socialista, e os doze anteriores da gestão do PSD e do CDS, lhes quisessem atribuir. "*Isso não é sério e não é verdade*". Coimbra tinha na verdade um complexo conjunto de problemas, administrativos, financeiros e outros que urgia resolver, referiam-se particularmente à função social da acção Câmara Municipal, função que tinha estado na primeira linha das preocupações do Partido Socialista e não podia ser ignorada nem afastada;
- Afirmou que o Partido Socialista esperava, que nos 4 anos de mandato de Coligação "*Juntos Somos Coimbra*", Coimbra "*crezca demograficamente*", "*a sua população se rejuvenesça*", "*não perca pessoas e talentos*", "*se construa um ciclo de prosperidade e revivificação do Concelho*", "*que seja a primeira escolha para os investidores*" e "*seja a cidade mais vibrante de Portugal a nível cultural, social, empresarial e tecnológica, sem esquecer a Educação e Saúde*", porque tinha sido o que tinha dito na sua intervenção. O exercício de um mandato por 4 anos, exigia traços de coragem e de muito sacrifício. Sobretudo quando havia invernos, tempestades, cheias, inundações, ventos ciclónicos destruidores, incêndios devastadores e como presentemente acontecia também uma pandemia mortífera ou que deixava sequelas graves na saúde das pessoas;
- Relativamente aos SMTUC, declarou que, assegurando o serviço de transportes colectivos de Coimbra, com uma frota substancialmente aumentada e renovada com autocarros 100% eléctricos, os seus veículos em constante movimento diário, naturalmente tinham acidentes e avarias que urgia reparar e, para tanto, havia que adquirir e dispor de peças sobresselentes para o que fosse indispensável, pois era, actos normais de gestão;
- Havia ano e meio que não se praticava desporto no Pavilhão Multiusos Mário Mexia. Havia uma empreitada de obras suspensa pelo facto do referido Pavilhão estar a ser utilizado pelo Centro de Vacinação. Era preciso continuar a vacinar, era absolutamente compreensível que se interrompesse a prática desportiva, agora no Pavilhão do Estádio Universitário, para dar início aos trabalhos da empreitada de recuperação do Pavilhão Multiusos Mário Mexia e aí sacrificar a vida e o bem-estar das pessoas. Pedia que a Câmara não hostilizasse a cooperação com a Administração Central, com o governo de Portugal, fosse ele do Partido Socialista, fosse ele do PSD, pois que naquele combate contra o inimigo de todos era imperioso articular a actividade municipal, com as autoridades de saúde, para vencer aquela catástrofe;
- Concluiu afirmando que cabia à Câmara procurar alternativa para a prática de desporto pelas secções da AAC privadas daquele espaço, conceder estacionamento gratuito aos utentes do novo Centro de Vacinação e agradecer à Universidade de Coimbra, como o Partido Socialista no momento agradecia, a compreensão manifestada com a defesa da saúde dos cidadãos de Coimbra.

### **Intervenção do deputado municipal Ricardo Lopes (PSD):** [\(áudio 27:54 a 35:54 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Contestou a oposição sem sugestões ou soluções, como, argumentou, se verificava nas reuniões de Câmara. Reforçou que, estando em início de funções, já tinham um Relatório de Actividades substancial a apresentar;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Rebateu a referência do Deputado Ferreira da Silva aos SMTUC, adiando o tema para o *Ponto* oportuno avançando, no entanto, que o PSD tinha reunido com a Comissão de Trabalhadores dos SMTUC, pelo que tinha bem presente a situação legada;
- Enunciou a caducidade do processo da ARU; a supressão de trabalhos da margem direita do rio Mondego, por causa do colapso de uma conduta adutora e o aumento de tarifário, no caso das Águas de Coimbra como situações de relevância expostas no Relatório de Actividades;
- Enalteceu o dinamismo do Executivo na componente de inovação, marcada com a presença no “*Web Summit*” e “*Portugal Smart Cities Summits*”. No âmbito da transparência, destacou a iniciativa “*vereação de portas abertas*”, no sentido de ouvir e recolher sugestões ou críticas para decidir em consciência. Exemplificou com a corrente Sessão, em que o objectivo era debater o Orçamento e, em sessão posterior, votar e decidir;
- Parabenizou o Presidente da Câmara pela sua recente eleição como Presidente da Associação de Informática na Região Centro - (AIRC), entidade responsável por diversas aplicações em organismos públicos o que ditava um sinal de inovação no poder local, eficiência dos serviços, digitalização de todo o acervo do município, diminuição de circulação de papel entre departamentos e a aproximação e facilitação da vida dos cidadãos;
- Saudou, na área da Fiscalização, Controlo e Auditoria, o reforço do controlo das refeições escolares monitorizado pela ASAE; a dinamização do Gabinete de Auditoria Interna da Câmara no sentido de fiscalizar e analisar a própria actividade;
- Relevou a exigência de garantia, por parte do Executivo, nas obras Metro Mondego que antes de retirar carris entre Coimbra A e Coimbra B asseguraria que a obra prosseguia em conformidade;
- Realçou, por fim, o apoio ao Projecto Lei do PSD, na deslocalização do Tribunal Constitucional e Supremo Tribunal Administrativo para Coimbra, chumbado com a ajuda dos votos contra ou das abstenções dos deputados do PS, do PCP, do Partido Ecologista “*Os Verdes*”, do PAN e do Chega.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

- Referiu que o *Ponto 2* seria encetado com a apresentação do Director do Departamento Financeiro, prevenindo que a discussão do *Ponto 2* e do *Ponto 3* seria conjunta;
- Cedeu a palavra ao Dr. Pedro Malta para apresentar as linhas estratégicas do Orçamento Municipal;

### **2. Apresentação da estratégia e documentos sobre as linhas gerais do Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2022**

Dada a extensão do documento fica apenso à acta **cfr. ANEXO 1**

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

- Pediu ao Presidente da Câmara autorização para que a Senhora Vereadora Ana Bastos fizesse a apresentação do *Ponto 3*, Orçamento dos SMTUC.

### **3. Apresentação da estratégia e documentos sobre as linhas gerais do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para o ano de 2022**

Dada a extensão do documento fica apenso à acta **cfr. ANEXO 2**

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

- Iniciou o debate conjunto dos *Pontos 2 e 3*, anunciando os tempos correspondentes a cada Grupo Municipal: CpC-3,45mn; CDS-PP-4,30mn; NC-5,35mn; CDU-5:35mn; PSD-9:45 e o PS-15,45mn;
- Advertiu que o debate, no seu conjunto, perfazia 45 minutos e consciencializou os deputados para o uso do tempo nos pontos seguintes.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal João Malva (CpC):** [\(áudio 41:27 a 454:30 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Declarou que na continuação da intervenção anterior do grupo “*Cidadãos por Coimbra*”, apresentavam propostas para possível ponderação em matéria de orçamento para 2022: *Coimbra Verde e Azul – Árvores e Margens do Rio* - Coimbra continuava com muitas caldeiras vazias nos passeios. O Executivo Municipal podia ser arrojado no domínio da arborização das ruas e dos seus espaços verdes. Propunham, como meta simbólica no domínio da arborização, a plantação de uma árvore por cada habitante de Coimbra durante os quatro anos do mandato autárquico. Propunham o lançamento de um concurso de ideias para o espaço ribeirinho de Parque Urbano entre o Rebolim e a Portela, protegendo o ambiente em harmonia com a cidade. Coimbra podia ser mais verde e azul; *Cultura e Infraestruturas - Lançamento de concursos* - De modo a preparar a execução de obras a orçamentar para 2023, seria muito importante lançar os concursos para projeto da “*Via Estruturante Santa Clara - São Martinho do Bispo*” e do “*Centro Cultural da Relvinha*”. Propunham também o lançamento de concurso para construção do “*Centro Cívico do Planalto*”. Em qualquer dos três casos, o impacto sobre o orçamento de 2022 seria residual e permitiria ao Executivo ganhar um ano para o prazo de execução dos equipamentos sociais tão importantes em bairros periféricos e infraestruturas de acesso ao Hospital dos Covões e às populações da margem esquerda; *Coesão social - Cuidado com os mais frágeis* -Coimbra devia ser mais arrojada nas práticas que favoreciam a adopção de estilos de vida saudável e do envelhecimento activo. A região de Coimbra, através do consórcio *Ageing@Coimbra*, era considerada pela Comissão Europeia como um Centro Europeu de Referência para o Envelhecimento Activo e Saudável. Propunham uma articulação estreita com a *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro* com vista à implementação de um programa de boas-práticas inovadoras na promoção da Vida Saudável, do Envelhecimento Activo e de apoio aos idosos em solidão, contribuindo para uma sociedade mais saudável, coesa e inclusiva. Coimbra devia inovar e construir o futuro. Repararam que o esboço de orçamento continha uma verba de 7.000 euros para apoio aos Sem-Abrigo de Coimbra, que consideravam uma verba exígua, muito aquém das reais necessidades. Repararam, no mesmo documento, uma verba de 215.000 euros para Anúncios e Editais. Chocava a desproporção de valores. A propaganda do Município não podia abafar, de modo tão chocante, a dignidade da condição humana dos mais frágeis;
- Em relação à intervenção sobre SMTUC, reconheciam a difícil situação económico-financeira em que se encontravam. Queriam, por isso, dar apoio ao Executivo Municipal para desenvolver um plano de revitalização dos SMTUC que deveria passar por: “*Planear de modo racional a localização dos parques periféricos da EcoVia de modo a limitar o acesso de veículos para o coração da cidade; promover uma articulação estreita entre as carreiras de transporte público periférico com os nós de acesso à Ecovia e com os principais nós de acesso ao Metro Bus*”. Um plano integrado de mobilidade para Coimbra iria atrair cidadãos para a rede pública de transportes e assim revitalizar os SMTUC;
- Terminou afirmando que esperavam que aquelas propostas e chamadas de atenção fossem tomadas com o espírito que realmente os movia: “*Espírito construtivo, para uma Cidade Melhor*”.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Rodrigues (NC):** [\(áudio 46:08 a 49:14 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Informou que para a melhoria da qualidade de vida era fundamental um bom sistema de transportes públicos. Os munícipes que estava na paragem do autocarro precisava de ter confiança no sistema. Tinha de ter como garantido que o veículo “x” cujo horário dizia que passa às 7h50 deveria passar àquela hora. Mais, deveria ter também confiança que iria chegar ao destino no horário previsto. Mas se um qualquer atraso acontecesse os munícipes, na paragem, teriam meios de ser avisados, quer com écrans na própria paragem com aquela informação, quer com meios digitais que permitissem em qualquer smartphone saber onde estava o autocarro. Em caso mais extremo, “*avaria com supressão daquela volta*” por exemplo, o utente deveria poder telefonar para alguém que o informasse do sucedido em tempo útil. Aquela fiabilidade era fundamental para que o serviço público de transportes fosse escolhido por cada vez mais munícipes em detrimento do transporte individual. Em Coimbra tinham os Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), mas infelizmente aquele serviço tinha vindo a perder qualidade fruto de gestões pouco assertivas que não asseguraram a tal fiabilidade geradora de confiança de que o serviço necessitava. A luz de esperança era geral e advinha da transmissão das reuniões da Câmara Municipal e da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Assembleia Municipal onde aqueles assuntos eram discutidos e, em segundo lugar, da presente sessão em que se aceitavam contributos para o orçamento antes daquele estar fechado. Naquele sentido pediam os eleitos pelo “*Nós Cidadãos*” ao Executivo que salientasse quais as luzes verdes de esperança que podiam encontrar nas GOP e no orçamento que indiciasse a melhoria dos SMTUC rumo à tal fiabilidade geradora de confiança. Precisavam de mais e melhor informação sobre horários, mais e mais modernas formas de adquirir bilhetes e passes, maior e melhor frota;

- Outro ponto que queria realçar tinha a ver com o financiamento da Polícia Municipal no sentido da melhoria da sua actividade na fiscalização do estacionamento em Coimbra. O concelho tinha deixado instalar um laxismo em que se estacionava em qualquer lado, sem temer ser multado. Havia vários exemplos pela cidade daquele crescente mau hábito que não era combatido pelas autoridades. Se PSP ou GNR não dependessem directamente da Câmara Municipal, embora pudessem ser alertadas para a sua omissão, a Polícia Municipal dependia da Câmara Municipal e tinha de fazer mais e melhor. Acreditava que fossem poucos os efetivos, mas a verdade era que a maior parte das pessoas nem moeda colocava por que sabia que a possibilidade de ser multado era diminuta. Também ali havia que ver naquele orçamento para 2022 o verde da esperança, porque a receita dos parquímetros revertia para os SMTUC, portanto ao não obrigarem quem estacionava a pagar o preço justo estavam a prejudicar os SMTUC. Havia muito a fazer, desde as máquinas emissoras de bilhetes, às parcerias com a Via Verde por exemplo, até à sua fiscalização, desde o ordenamento do estacionamento à fiscalização efectiva que dissuadisse da “*do Xico esperto de o continuar a ser*”;

**Intervenção do deputado municipal Rui Soares (NC):** [\(áudio 50:00 a 52:23 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Observou que Souselas não sofria de qualquer problema ambiental. Apesar das diversas indústrias, estas respondiam aos requisitos ambientais. Disponibilizou-se para solucionar possíveis problemas;
- Saudou o Executivo da Câmara Municipal, solidarizando-se com as suas acções, nomeadamente, ao nível de transportes.

**Intervenção da deputada municipal Margarida Pocinho (CDS):** [\(áudio 53:40 a 58:42 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Declarou que esperavam que, a par com todas as execuções orçamentais e metas, se conseguisse também transformar e baixar a pegada ecológica daquela região, melhorar a qualidade de vida dos munícipes e dos que os visitavam. Esperavam que na senda da política ambiental municipal se valorizasse e reabilitasse de forma coerente a margem direita e esquerda do Rio Mondego, chamando para isso especialistas em ciências do ambiente;
- No que dizia respeito aquele Orçamento informou que era meramente de continuidade face ao executivo anterior. Não duvidava que os próximos dois anos, seriam de grande pressão orçamental, dado que o “*Portugal 2020*” terminava em Junho de 2023 e, conseqüentemente, o “*Acordo de Parceria*” teria de ser executado, sob pena de perder o financiamento e, sem comparticipação comunitária ou recurso a endividamento, não existiria margem para novas obras na cidade. Parecia-lhes que a actual situação financeira da Câmara Municipal não permitia alterar, de momento, a política fiscal, nomeadamente, em termos de IMI e IRS. Sabiam que a transferência de competências na educação tinha implicado um acréscimo muito significativo de custos para o Município. Ainda assim parabenizavam o Executivo pela coragem de atualizar e reforçar o protocolo que garantia a máxima qualidade às refeições escolares servidas às crianças;
- Percebiam que as despesas eram muitas e havia necessidade de aumentar a receita, como ali tinha sido demonstrado, por isso, perguntavam acerca do potencial de melhoria na receita, nomeadamente associada ao estacionamento ou ao melhor aproveitamento do Convento São Francisco: na “*cidade do conhecimento*” devia ser fácil o aluguer do espaço para eventos internacionais, como congressos e outros eventos políticos e culturais. Em termos locais, perguntavam se os fortes atrasos nos contratos Interadministrativos acumulados, afectavam negativamente as transferências para as freguesias ou conseguiam manter, pelo menos, o valor do ano anterior? Em termos mais específicos e não obstante a correção dos números, que revelava uma elevada competência técnica dos funcionários da Câmara Municipal que faziam a contabilidade autárquica, o CDS-PP não podia deixar de reparar na diferente opção política daquele



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Executivo, plasmado nas rúbricas “outros”, com valores significativamente mais baixos que nos orçamentos do anterior Executivo que tinha alocado 10 milhões. Aquele facto remetia para uma distribuição das verbas por rúbricas específicas;

→ Terminou solicitando, uma vez mais, pois já tinha sido feito na legislatura anterior, que o nome “apoios” fosse substituído por “*cooperação ou similar*”. Com efeito “apoio” remetia para *apoiar* que era um verbo transitivo directo e significava “*oferecer patrocínio, proteção, favores; patrocinar, proteger, favorecer; apoiar financeiramente um projeto*”. Ora apoiar uma junta de freguesia não era aquilo, mas um trabalho de cooperação e uma devolução de dinheiros que lhe eram devidos por direito.

**Intervenção do deputado municipal João Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 59:007 da 4ª gravação a 02:42 minutos - 5ª gravação\)](#)

→ Registou uma boa novidade, era apresentada àquela Assembleia uma proposta que só podia ser percebida como uma primeira abordagem, aberta a sugestões e alterações que seriam incorporadas na versão final que viria a votos. O que estava em apreciação, no essencial, eram as prioridades políticas da maioria do Executivo para o próximo ano, porque um orçamento implicava escolhas e aquelas escolhas impunham-se e vinculavam os decisores políticos;

→ Reportou-se ao documento que lhes revela a “visão” que a maioria do Executivo tinha para Coimbra. A estratégia, de tão consensual nos seus propósitos, só podia ser boa, mas a avaliação seria vertida pela prática e pelas opções que se tomavam, em concreto;

→ A apreciação das intenções vertidas nas propostas apresentadas para a Câmara Municipal e SMTUC não se esgotaria naquele momento final, seria constante pela avaliação das políticas implementadas para a sua materialização;

→ Concluiu afirmando que seria no momento da discussão do relatório e contas de 2022 que se faria a apreciação mais rigorosa da capacidade concretizadora, a eficácia e eficiência dos responsáveis pela execução das políticas.

**Intervenção do deputado municipal Tiago Bolhão (PS):** [\(áudio 03:08 a 04:12 minutos - 5ª gravação\)](#)

→ Questionou que as linhas gerais das GOP apresentadas, o “*Orçamento Participativo de 2022*” não tivesse qualquer valor alocado, sendo apenas o valor dos projectos decorrentes da execução dos Orçamentos participativos de 2020 e 2021; O *Orçamento Participativo* tinha demonstrado a sua eficácia no conjugar de propostas da população com o Executivo;

→ Realçou que entre os anos de 2018 e 2020 tinham sido submetidas 116 propostas e desses 64 projetos tinham sido levados a votação e, 11 deles, tinham sido executados ou estavam em execução;

→ Concluiu afirmando que o Partido Socialista esperava que aquele não fosse um sinal, dado por aquele Executivo, de que em 2022 não contavam ou não queriam contar com a participação dos cidadãos e das cidadãs que ao longo das últimas edições tantos projectos e de grande qualidade tinham trazido ao “*Orçamento Participativo*” e que daquela forma tinha vindo a engrandecer o Concelho de Coimbra.

**Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD):** [\(áudio 04:42 a 07:20 minutos - 5ª gravação\)](#)

→ Salientou que era muito importante o que ali tinha sido apresentado pelo Dr. Pedro Malta, aliás, dito ao longo dos últimos anos que “*o saldo de gerência era um mito*”;

→ Dirigiu-se ao Director do Departamento Financeiro, Dr. Pedro Malta questionando-o sobre a afirmação proferida “*o aumento de 3% para 4.5% do IMI, corresponderia a 17 milhões*”. Sendo que as GOP’s e no Orçamento apresentavam apenas 25,8 milhões previstos para o IMI e os 17 milhões correspondiam a 1,5%, os 3% deveriam corresponder a 34 milhões. Para além de ainda lá constar o IMI dos prédios devolutos, embora, fosse reduzido;

→ A explicação fazia-os pesar se teriam de fazer um aumento do IMI para que houvesse um “*bocadinho*” mais de investimento por parte da Câmara Municipal. Se se quisesse que a Câmara Municipal mantivesse o nível de serviços que tinha presentemente, deveria manter-se o imposto. Se quisessem subir o nível da Câmara Municipal de Coimbra, a curto prazo, de facto Executivo camarário deveria ponderar; sendo certo, que o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

IMI, estando no mínimo, face às actualizações que tinham existido, tinha aumentado para o cidadão comum;

- Em relação à sua União de Freguesias, gostaria que o sinal dado no orçamento fosse mais positivo do que o que tinha sido dado, questionando se não se deveria aumentar a taxa do IMI.

**Intervenção do deputado municipal David Silva (PS):** [\(áudio 07:49 a 13:48 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Deputado Municipal Ricardo Lopes corrigindo-o, afirmando, na procura da verdade, que “os deputados do PS pelo Círculo de Coimbra tinham votado a favor da vinda do Tribunal Constitucional para Coimbra”, por isso estavam todos de acordo;
- Comentou a intervenção do Presidente de Câmara que no Orçamento e na Visão estratégica “*não tinha nada do “folclore” que tinha acabado de referir E pedia contributos? Que contributos?*”. Não diziam como seria feito o Orçamento, porque tinham apresentado o Orçamento que estava em vigor, não via nada de relevante naquele orçamento.” *Queriam 9 milhões de euros anuais para a candidatura de Coimbra a “Capital Europeia da Cultura”? Onde estavam? Como iam passar? Ponderavam a subida do IMI?*” Se queriam discutir contributos, deveriam marcar uma reunião com o Partido Socialista e com os seus Vereadores, que não tinham sido ouvidos, nem tinham recebido aqueles documentos antes da Sessão. Propôs que dissessem quais eram as suas propostas e as alterações e assim colaborariam;
- Relativamente a um parágrafo que estava na “Visão Estratégica” relativo à descentralização e que estranhamente, o Presidente da Câmara Municipal não tinha lido, “*dava-lhe os parabéns pelo facto de estar empenhado em aumentar progressivamente os recursos para as juntas das freguesias e cumprir a lei*”, mas a questão que ali se colocava, era que, no orçamento, nada constava sobre o assunto. “*Os valores e os critérios que lá estavam eram os propostos do Partido Socialista. Qual era a ideia do Executivo? O que queriam para aquele ano?*”;
- Perguntou, ainda, ao Presidente onde estava no orçamento a rubrica sobre o projecto de investimento para a escola José Falcão. Na reunião anterior tinha afirmado que era suposto estarem a preparar o projecto de investimento;
- Concluiu afirmando que, dado o parecer do ROC, estava curioso para saber quais as obras que o Executivo ia fazer, para que juntas de freguesias se destinava e o que estava no orçamento.

**Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD):** [\(áudio 14:50 a 18:45 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Declarou que a candidata do Partido Socialista à Freguesia de Santa tinha definido novas rotas para os autocarros, sem nunca lhe ter sido comunicado, tendo como resultado a exclusão de alguns horários o que, por sua vez, originou dois abaixo-assinados dos quais tinha dado conhecimento à Vereadora Ana Bastos;
- Relativamente ao Orçamento dirigiu-se ao Deputado Municipal David Silva e declarou que “*talvez nunca tivesse feito um orçamento*”. Informou que tinha as suas ideias, fazia o seu programa e do Orçamento não ficava dinheiro nenhum e quando necessitava de recorrer ao orçamento, não tinha verba disponível porque, uma parte era para pagar aos trabalhadores e outra parte eram para objectivos executados. Havia muitas coisas que se estavam a degradar, nomeadamente o “*Campo Desportivo*”, porque não tinha verba para a sua manutenção. Presentemente, tinha prometido apenas, uma habitação social porque os gestores de câmaras anteriores tinham vendido as habitações sociais do Bairro de Santa Clara, feitas pelo antigo regime, em 1951 e nunca mais tinham sido substituídas;
- Terminou informando que tinha obras da câmara paradas desde 2018, mas se conseguisse fazer as obras cujos projectos a Câmara de Coimbra não lhe tinha dado, como era o caso do tecto da junta, onde chovia copiosamente,” *sentir-se-ia feliz.*”

**Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 20:14 a 26:37 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Inferiu que, face a um saldo de gerência positivo na ordem dos 20 milhões de euros e rubrica “*outros*” de 6,1 milhões de euros, estava em causa a gestão exigente e criteriosa do anterior mandato;
- Apontou o crescimento de 4, 3 milhões que resultou no parecer do ROC favorável à situação financeira da Câmara, contestando o que vinha sendo aludido;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Observou que os SMTUC tinham um orçamento acrescido de 2,7 milhões, pelo que concluiu que a situação financeira era favorável;
- Suscitou, a esse propósito, informação, por parte da Vereadora Ana Bastos, relativamente à frota, nomeadamente, aos 5 autocarros eléctricos e 8 autocarros usados que deveriam ser entregues até 31 de Dezembro e sugerir à respectiva gestão o cumprimento do contrato;
- Saudou a manutenção da tarifa social nos transportes, disponibilizando-se, a par do PS e dos anteriores Conselhos de Administração, para colaborar e defender os serviços dos SMTUC;
- Analisou a triplicação das verbas das transferências para as freguesias anunciada pelo Executivo, referindo que da ascensão até aos 27 milhões, apenas observava o aumento de 310 mil euros que se revelava insuficiente;
- Impugnou a afirmação do Presidente da Câmara quanto ao impacto negativo de 2 a 3 milhões resultantes da Descentralização, uma vez que, ainda assim, prosseguiria com a descentralização e, portanto, *“a gerir em pura perda”*;
- Questionou o equilíbrio do orçamento e da gestão do Convento São Francisco cuja receita previsional no orçamento era de 320 mil euros e estava reduzida a 200 000 euros;
- Lembrou que o que estava em debate era a apresentação da estratégia, pelo que contava com uma reunião para apresentar propostas para o orçamento.

### **Intervenção do deputado municipal Ricardo Lopes (PSD):** [\(áudio 27:00 a 29:22 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Questionou a intervenção do Deputado Municipal David Silva e confirmou que as propostas estavam contempladas no programa eleitoral e que o Executivo tinha o sentido de as cumprir;
- Relembrou a crítica feita pelo Deputado Municipal quanto à realização da presente Sessão com as actuais contingências e contrastou-a com a pretensa reunião com o PS para apresentação de propostas;
- Desafiou o Executivo a convidar o Deputado Municipal Ferreira da Silva para uma visita aos SMTUC para conhecer a sua realidade actual.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Soares (NC):** [\(áudio 29:00 a 31:08 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Lembrou o prejuízo imputado às freguesias do concelho, em especial, a União de Souselas e Botão que, inclusive, tinha uma obra adjudicada no Mandato do Dr. Barbosa de Melo;
- Sugeriu que o Executivo recolhesse os valores de 2013, para retificar *“as injustiças ao longo destes anos”* e, ainda, suscitou actuação na Despesa, nomeadamente nas Águas de Coimbra, *“seguramente que vão poupar (...) sobretudo ao nível das avenças”*.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia:**

- Questionou se o Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora teriam alguma observação.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

- Agradeceu o contributo de Dr. Pedro Malta e da Vereadora Ana Bastos para o esclarecimento da Assembleia, com as respectivas apresentações. Explicitando as limitações orçamentais que justificavam as pequenas variações relativamente ao Orçamento anterior;
- Afirmou que a Câmara dispunha de *“boa saúde financeira, não tem grande capacidade de investimento, mas tem grande capacidade de endividamento (...) mas Coimbra não tem uma boa saúde e esse é que é o problema!”*;
- Anunciou que para as obras no Convento de Santa Clara-a-Nova precisariam do sector privado e que exigia um trabalho de fundo que estavam dispostos a desenvolver e que nunca tinha sido feito pelos Executivos anteriores *“que se fechavam aos empresários, que se fechavam às pessoas, que se fechavam à CIM”*;
- Recorreu às palavras do Dr. Pedro Malta para esclarecer que a Descentralização, na Educação, tinha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- subtraído dois milhões de euros ao orçamento transferido e o défice tinha aumentado um milhão, porque nas competências descentralizadas, a Câmara tinha decidido tornar gratuito para os jovens e para as famílias. Reportou, assim, três milhões de euros de impacto negativo orçamental da descentralização na Educação;
- Referiu, corroborado pelos números lançados pelo Dr. Pedro Malta, as perdas da devido à Covid19, se considerassem só a Câmara seriam 1,5 milhões de euros, quando adicionados SMTUC e Águas de Coimbra o valor ascendia até cerca de sete milhões de euros;
  - Garantiu que não queria onerar a população, relativamente ao aumento do IMI, alertando para o facto de Coimbra ter a taxa mínima legal de IMI e limitar a capacidade de investimento directo da Câmara que só seria alcançável com *“os tais grandes projectos e a verdade é que nos últimos 8 anos nós não tivemos nenhum grande projecto”*;
  - Tratou o tema da plantação de árvores, comunicando que podiam cumprir o desiderato que, desde logo partilhavam com o CpC, de plantar o máximo número de árvores possível. Comunicou, nesse âmbito, que para um projecto de plantação de 275 árvores, em caldeiras, nos passeios da cidade, o orçamento era de 50 mil euros garantindo o elevado índice de sobrevivência;
  - Rebateu o contraste aludido entre 200 mil euros para propaganda do município e os 7 mil euros destinados aos sem abrigo e sugeriu a leitura integrada dos 163, 5 milhões de euros dedicados a funções sociais, cuja verba específica dos sem abrigo seria adicionada a esse somatório;
  - Concordou que o incumprimento no pagamento dos parques de estacionamento, além de acentuar uma desigualdade entre quem cumpria e quem não cumpria, levava à perda de receitas para os SMTUC e, ainda, desincentivava o uso dos transportes públicos. Divulgou a criação de anúncios na comunicação social com uma campanha de moralização para o estacionamento, com aviso prévio da actuação de prevenção e fiscalização da Polícia Municipal nesse âmbito, bem como a dotação de recursos humanos dos serviços para evitar prescrições;
  - Analisou a dívida que vigorava entre a Câmara e a União de Freguesias de Coimbra e a União de Freguesias de Souselas e Botão que tinham sido prejudicadas e mereciam o mesmo tratamento, pelo que pugnaria pela compensação desse *“prejuízo político”*;
  - Questionou a afirmação de que o Partido Socialista tinha sido favorável à transferência do Tribunal Constitucional para Coimbra;
  - Reforçou que o Partido Socialista tinha impedido a transferência para Coimbra do Tribunal Constitucional e quanto à Entidade Fiscalizadora dos Partidos defendeu que devia ficar em Lisboa, perto das sedes dos partidos e reflectiu *“eu diria que devia ficar bem longe, era uma entidade que podia ser transferida para Bragança para ficar bem longe das más influências, para actuar de facto de forma independente e contundente”*;
  - Respondeu ao Deputado Municipal David Ferreira da Silva referindo que tinha a intenção de melhorar a estratégia para introdução no próximo orçamento e avançou que os vereadores da oposição seriam ouvidos na reunião da câmara, lembrando que os grupos representados na Assembleia Municipal é que eram auscultados antes da reunião da câmara;
  - Esclareceu que a Escola José Falcão não estava mencionada no Orçamento, porque na senda do diálogo com as instituições de Coimbra, o Departamento de Arquitectura de Coimbra ofereceria o projecto de relevante interesse arquitetónico. Por sua vez, avançou que no caso da Escola Eugénio de Castro, possivelmente iriam entregar o projecto a uma entidade externo para ser desenvolvido;
  - Reiterou que o critério para distribuição das verbas para as freguesias seria o atraso das obras: seriam as obras mais antigas as primeiras a serem desenvolvidas de forma acelerada e a recuperar os prejuízos consequência dos custos que se elevavam, não sendo, por isso, possível retomar as obras em atraso com o mesmo orçamento, para dar cumprimento a todas as obras teriam de alterar o orçamento;
  - Reconheceu que, apesar de duplicada a verba para a candidatura de *Coimbra Capital Europeia da Cultura 2027*, não tinham atingido os 9 milhões. Lembrou que era necessário aumentar a receita da Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Municipal;

- Reafirmou “*os SMTUC são uma empresa falida, se não fossem os subsídios da câmara tinha fechado, (...) funcionam porque são um serviço público que nós queremos manter e melhorar e só conseguem sobreviver com o financiamento da Câmara*”;
- Explicou que triplicar as verbas para as freguesias não perfazia 27 milhões e que existiam duas componentes no orçamento para as freguesias: as verbas transitadas dos anos anteriores e o orçamento de 2022;
- Tratou a receita do convento São Francisco, condicionada pelos compromissos assumidos no mandato antecedente e referiu que o modelo de gestão teria de ser revisto. Contou que tinham reunido com a empresa, à qual o executivo anterior tinha encomendado um estudo, decidindo pelo modelo de gestão público com autonomia adequada à necessidade de entrar nos mercados de organização de eventos;
- Agradeceu o envio de propostas, por parte dos deputados municipais, para poder fechar e debater o Orçamento, em reunião extraordinária da Câmara, no dia 17 de Janeiro, prevenindo que o documento a apresentar na reunião de Câmara não coincidiria com o presente, por procurar responder as questões expressas.

### **Intervenção Presidente da Assembleia:**

- Alertou para o adiantar da hora com apenas 1/3 da agenda cumprida e encerrou o *Ponto 3*.

### **Defesa da honra do deputado Municipal Luís Silva:**

- Declarou “*não só não me revejo como sinto absolutamente insultuoso o tom com que se fala dos partidos (...) a expressão de que os partidos são uma má influência parece-me, não só, absolutamente infeliz, mas mais do que isso uma demonstração do estado de espírito que o Somos Coimbra tem vindo a trazer, já trazia do Mandato autárquico anterior e que, se me permitem, assenta em pressupostos errados*”;
- Afirmou que os partidos, constituídos por pessoas competentes e incompetentes, se alinhavam numa visão, numa ideia para a sociedade com a qual o próprio se identificava e reforçou “*(...) essa ideia de ter uma ideologia (...) eu uso ao peito porque tenho orgulho de ser coerente, de saber a visão que, mesmo com divergências internas, tenho muito orgulho de ser de militância partidária*”.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

- Distanciou-se de críticas abstratas a partidos “*quem eu critiquei foi a actuação passada, portanto rejeito o seu alegado sentido de insulto, que nunca perpassou nas minhas palavras*”.

### **2. Apresentação da estratégia e documentos sobre as linhas gerais do Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2022.**

- **Parecer do ROC sobre a situação económica e financeira do Município;**

A Assembleia Municipal de Coimbra *tomou conhecimento e debateu* a estratégia e documentos sobre as linhas gerais do Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2022.

### **3. Apresentação da estratégia e documentos sobre as linhas gerais do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para o ano de 2022.**

- **Parecer do ROC sobre a situação económica e financeira dos SMTUC;**

A Assembleia Municipal de Coimbra *tomou conhecimento e debateu* a estratégia e documentos sobre as linhas gerais do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para o ano de 2022.

### **4. Revisão do Regulamento do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas;**

### **Intervenção Presidente da Assembleia:**

- Questionou se haveria intervenções de fundo ou apenas votações para garantir o cumprimento do período regimental.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Intervenção do deputado municipal Ricardo Lopes (PSD):** [\(áudio 00:05 a 00:32 minutos – 6ª gravação\)](#)

→ Assinalou o respeito que o PSD demonstrava pelos homens históricos na cidade de Coimbra, destacando Adriano Lucas, empresário e jornalista de renome, particularmente, no Diário de Coimbra. Relembrou que o Prémio tinha sido criado em 2011, por João Paulo Barbosa de Melo, para estimular e distinguir os trabalhos jornalísticos, para além de uma justa homenagem a um grande Homem de Coimbra.

### **4. Revisão do Regulamento do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas;**

#### **Deliberação nº 43/2021**

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 6 de Setembro, aprovar a **Revisão do Regulamento do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas**, nos termos da alínea g), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **5. Contrato interadministrativo de delegação de competências na Freguesia de Ceira para 2018-2021 (aprovação de um acréscimo de 35.353,68€);**

**Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD):** [\(áudio 01:26 a 03:02 minutos – 6ª gravação\)](#)

→ Questionou o aumento de 71% do contrato interadministrativo de 2021 para a freguesia de Ceira em contraposição com a União de Freguesias de Coimbra que, no mandato anterior, não tinha tido oportunidade de realizar obras;

→ Declarou que votaria favoravelmente, ao contrário dos “*meus colegas, não votarei contra, mas estranho! (...) Portanto o contrato já está assinado e nós ainda não aprovámos esta verba? Isto causa-me alguma estranheza*”.

**Intervenção do deputado municipal Rui Soares (NC):** [\(áudio 03:21 a 04:06 minutos – 6ª gravação\)](#)

→ Assumiu uma postura apartidária e, questionando a união entre Presidentes de Juntas, lembrou os colegas que tinham aprovado uma proposta de minuta com a qual o próprio não concordava.

### **5. Contrato interadministrativo de delegação de competências na Freguesia de Ceira para 2018-2021 (aprovação de um acréscimo de 35.353,68€)**

#### **Deliberação nº 44/2021**

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 6 de Setembro, aprovar o **montante de 35.353,68€ para reforço do valor contratual de 49.825,63€, previsto na adenda assinada em 22/06/2021, passando o referido Contrato Interadministrativo a totalizar o valor de 85.179,31€, uma vez que a Assembleia Municipal aprovou as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021, no valor de 49.825,63€, para as obras delegadas na Freguesia de Ceira através de Contrato Interadministrativo, para execução da obra de “Construção de Parque Infantil e Geriátrico em Ceira (junto ao edifício da Junta de Freguesia de Ceira) – 2ª fase”, inserida no Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Ceira, nos termos da alínea k), do nº 1, do art.º 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **6. 2ª Alteração ao Plano Director Municipal de Coimbra;**

**Intervenção do deputado municipal João Malva (CpC):** [\(áudio 04:50 a 04:06 minutos – 6ª gravação\)](#)

→ A revisão do Plano Director Municipal que nos foi apresentada está imbuída de problemas de base, tanto na forma como no conteúdo;

→ A transição direta de “*Áreas Urbanizáveis*” para “*Áreas Urbanas*” com que eram confrontados na revisão abria a porta não à “*densificação urbana*” que era reclamada no enquadramento do plano, mas sim à “*colonização de espaços rurais periféricos*”. Sabiam que a população portuguesa e do Município de Coimbra estava a diminuir. Coimbra não precisava de mais bairros de alta densidade habitacional conquistados a terrenos rurais da periferia, na Quinta do Camasão e na Quinta Grande de Coselhas. Coimbra



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

precisava sim de reabilitação urbana no coração da cidade desertificada, e de densificação habitacional na área urbana existente;

- O modelo de cidade que o CpC defendia não era um modelo de gentes sem rosto nem sombra que viviam em gavetas de betão. Queriam uma cidade viva e vibrante, onde as pessoas fossem pessoas;
- O modelo de cidade que aquela revisão do PDM incorporava era um modelo que nascia antes da crise imobiliária de 2009/2010. Era um modelo de crescimento, de betão, um modelo que criava bolha imobiliária. Bastava olhar para as manifestações de interesse na fase de consulta pública para compreenderem os interesses que estavam por trás daquele movimento... "não é gato escondido com rabo de fora... é mais rabo escondido com gato de fora";
- Conclui afirmando que aquele não era o modelo de cidade defendido pelos Cidadãos por Coimbra.

### **6 2ª Alteração ao Plano Director Municipal de Coimbra**

#### **Deliberação nº 45/2021**

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por *maioria* de 47 votos a favor (20 -PS; 11-PSD; 5 -CDU; 5-NC; 4- CDS-PP; 1-PPM; 1- CHEGA) e 2 votos contra (2 - CpC), e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 22 de Novembro, *aprovar* a **2ª Alteração ao Plano Director Municipal de Coimbra** nos termos da alínea r), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo 1, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **7. Serviço Municipal de Protecção Civil - Plano de Acção Municipal - Aldeia Segura/Pessoas Seguras**

#### **Deliberação nº 46/2021**

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 6 de Dezembro, *aprovar* o **Plano de Acção Municipal- Aldeia Segura/Pessoas Seguras**, nos termos da alínea h), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **8. Projecto da Acta nº 3/2021 de 29/07/2021**

#### **Deliberação nº 47/2021**

A Assembleia Municipal deliberou, por *unanimidade*, *aprovar* a **Acta nº 3/2021 de 29/07/2021**.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

#### **Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD)** (áudio 07:35 a 07:45 minutos – 6ª gravação)

- Questionou a legitimidade da Assembleia do mandato vigente para votar a acta referente ao mandato anterior, vedando aos intervenientes e interessados, o direito de se pronunciarem.

#### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

- Concordou com a pertinência do problema do ponto de vista jurídico e referiu que não existiam objecções por parte dos deputados coincidentes com ambos os mandatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA**

# **ANEXO I**

**Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2022  
(Páginas de 1 a 21)**



APRESENTAÇÃO  
DA  
PROPOSTA DE

# ORÇAMENTO E GOP

PARA

# 2022

# “ OS RECURSOS SÃO ESCASSOS MAS AS NECESSIDADES SÃO ILIMITADAS”



**Problema de escassez:** recursos limitados contrapondo-se a necessidades humanas ilimitadas.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ECONÓMICA**

### **INDICADORES**

**RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2020: 1,6 M€**

**VOLUME DE RENDIMENTOS 2020: 86,0 M€**

**VOLUME DE GASTOS 2020: 84,3 M€**

**EBITDA 2020: 12,5 M€**

## SITUAÇÃO FINANCEIRA

### INDICADORES

<b>CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO</b>	
Limite da dívida total da Autarquia calculado a 01/01/2021	127 913 481,43
Montante da dívida total em 30/09/2021 (excluindo operações extraorçamentais)	40 351 131,34
Margem Absoluta	87 562 350,09
<b>Margem utilizável (20% )</b>	<b>17 512 470,00</b>
Montante de Empréstimos já contratualizados e não refletidos na Dívida	
<b>Margem efetivamente disponível para endividamento</b>	<b>17 512 470,00</b>

**PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS 2020 (PMP): 30,5 dias**

5/21

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ORÇAMENTAL**

### **INDICADORES**

**TAXA DE COBRANÇA DA RECEITA TOTAL 2020: 87,03 %**

**CUMPRIMENTO DO EQUILÍBRIO CORRENTE 2020: 6,4 M€ de saldo, na execução**

**SERVIÇO DA DÍVIDA/RECEITA CORRENTE COBRADA 2020: 4,7 %**

**TAXA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2020 POR COMPROMISSO: 85,28 %**

**TAXA DE EXECUÇÃO DAS GOP DE 2020 POR COMPROMISSO: 87,76 %**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ORÇAMENTAL**

### **PRESSUPOSTOS PARA O ORÇAMENTO DA RECEITA**

#### **EQUILIBRIO CORRENTE**

A Receita Corrente Bruta (cobrada) deve ser pelo menos igual à Despesa Corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos a médio e longo prazo (Passivos Financeiros da Despesa), no final do ano.

(art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

**SALDO DE GERÊNCIA DE 2020: 20,2 M€**

**SALDO DE GERÊNCIA PREVISIVEL DE 2021: 20 M€**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ORÇAMENTAL**

### **PRESSUPOSTOS PARA O ORÇAMENTO DA RECEITA**

#### **POLÍTICA FISCAL PARA 2022**

**IMI: TAXA 0,3 %**

**IRS: TAXA 5%**

**DERRAMA: Taxa 1,5 %**

**IMT: sem autonomia de fixação**

**IUC: sem autonomia de fixação**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ORÇAMENTAL**

### **PRESSUPOSTOS PARA O ORÇAMENTO DA RECEITA**

#### **TAXAS E PREÇOS 2022**

- MÉDIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS ÚLTIMOS 24 MESES
- REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS (em vigor desde abril de 2021)
- TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)
- ISENÇÃO DO PAGAMENTO PELAS FAMÍLIAS DO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – JARDINS DE INFÂNCIA E 1º CEB

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ORÇAMENTAL**

### **PRESSUPOSTOS PARA O ORÇAMENTO DA RECEITA**

#### **IMPOSTOS DO ESTADO**

(valores do O.E. de 2021- P O.E. 2022 chumbada )

**FEF CORRENTE: 5,5 M€**

**FSM: 1,2 M€**

**PARTICIPAÇÃO FIX NO IRS: 13,5 M€**

**PARTICIPAÇÃO NO IVA: 0,5 M€**

**FEF DE CAPITAL: 0,6 M€**

10/21

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ORÇAMENTAL**

### **PRESSUPOSTOS PARA O ORÇAMENTO DA RECEITA**

### **TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS**

**EDUCAÇÃO: 10,7 M€**

**SAÚDE: 1,7 M€ (AINDA SEM CONTRATUALIZAÇÃO)**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ORÇAMENTAL**

**PRESSUPOSTOS PARA O ORÇAMENTO DA RECEITA**

**COFINANCIAMENTOS DOS FUNDOS EUROPEUS E O.E.**

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES: 3,2 M€**

**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: 21,6 M€**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ORÇAMENTAL**

**PRESSUPOSTOS PARA O ORÇAMENTO DA RECEITA**

### **EMPRÉSTIMOS**

**BEI/PT 2020 – PARQUE MANUEL BRAGA: 0,4 M€**

**BEI/PT 2020 – DES. E EST. MARGENS RIO MONDEGO: 0,7 M€**

**BEI/PT 2020 – PROM. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA SMTUC: 0,8 M€**

13/21

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022

**ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2022**

01	IMPOSTOS DIRETOS	47,6 M€
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	6,6 M€
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	4,6 M€
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37,5 M€
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6,9 M€
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,5 M€
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,4 M€
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22,2 M€
11	ATIVOS FINANCEIROS	0,0 M€
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,9 M€
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,4 M€
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	0,0 M€
	<b>SUB-TOTAL</b>	<b>128,6 M€</b>
	SALDO DE GERÊNCIA PREVISIVEL	20,0 M€
	LIMITE 15% - CUMPRINDO A REGRA DO EQUILIBRIO	18,4 M€
	<b>TOTAL</b>	<b>167,0 M€</b>

**PROPOSTA****DE ORÇAMENTO****DA RECEITA**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ORÇAMENTAL**

### **PRESSUPOSTOS PARA O ORÇAMENTO DA DESPESA**

#### **ENCARGOS CERTOS E PERMANENTES**

**RECURSOS HUMANOS: 41,9 M€**

**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS: 39,3 M€**

**JUROS DA DÍVIDA: 0,2 M€**

**AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS: 3,5 M€**

**TOTAL: 85,00 M€**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SITUAÇÃO ORÇAMENTAL**

### **PRESSUPOSTOS PARA O ORÇAMENTO DA DESPESA**

#### **ENCARGOS TRANSITADOS**

**INVESTIMENTOS: 35,7 M€**

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES: 1,9 M€**

**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: 4,0 M€**

**TOTAL: 41,6 M€**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **SALDO ENTRE DE ORÇAMENTO DA RECEITA E ORÇAMENTO DA DESPESA FIXA E ENCARGOS**

### **ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2022**

ENCARGOS CERTOS E PERMANENTES	85,0 M€
-------------------------------	---------

ENCARGOS TRANSITADOS	41,6 M€
----------------------	---------

<b>TOTAL ENCARGOS ORÇAMENTO DA DESPESA (1)</b>	<b>126,6 M€</b>
--	-----------------

<b>TOTAL DO ORÇAMENTO DA RECEITA (2)</b>	<b>167,0 M€</b>
--	-----------------

<b>SALDO ENTRE RECEITA E DESPESA = (2) - (1)</b>	<b>40,4 M€</b>
--	----------------

12/21

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## **OPÇÕES PARA APLICAÇÃO DO SALDO ENTRE RECEITA E DESPESA FIXA E ENCARGOS**

SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO SMTUC	6,7 M€
OUTROS FLUXOS COM OS SMTUC	4,8 M€
FREGUESIAS 2022	5,4 M€
NOVOS INVESTIMENTOS	6,1 M€
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DIVERSOS	10,4 M€
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5,1 M€
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,7 M€
OUTRAS DESPESAS	1,2 M€
<b>TOTAL</b>	<b>40,4 M€</b>

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2022

### ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2022

01	IMPOSTOS DIRETOS	47,6 M€
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	6,6 M€
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	4,6 M€
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37,5 M€
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6,9 M€
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,5 M€
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,4 M€
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22,2 M€
11	ATIVOS FINANCEIROS	0,0 M€
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,9 M€
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,4 M€
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	0,0 M€
<b>SUB-TOTAL</b>		<b>128,6 M€</b>
SALDO DE GERÊNCIA PREVISIVEL		20,0 M€
LIMITE 15% - CUMPRINDO A REGRA DO EQUILIBRIO		18,4 M€
<b>TOTAL</b>		<b>167,0 M€</b>

### ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2022

01	DESPESAS COM PESSOAL	41,9 M€
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	49,7 M€
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	0,2 M€
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14,0 M€
05	SUBSÍDIOS	6,7 M€
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1,2 M€
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	40,9 M€
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7,1 M€
09	ATIVOS FINANCEIROS	0,9 M€
10	PASSIVOS FINANCEIROS	3,5 M€
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,9 M€
<b>TOTAL</b>		<b>167,0 M€</b>

19/21

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



# PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2022 E ORÇAMENTO FINAL DE 2021

PROPOSTA DO ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2022 E ORÇAMENTO DA RECEITA FINAL DE 2021 \*

Designação	Variação	
	2022	2021
01 IMPOSTOS DIRETOS	47,6 M€	45,3 M€
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	6,6 M€	4,1 M€
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	4,6 M€	6,4 M€
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37,5 M€	40,5 M€
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6,9 M€	5,6 M€
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,5 M€	0,5 M€
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,4 M€	0,2 M€
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22,2 M€	27,3 M€
11 ATIVOS FINANCEIROS	0,0 M€	0,7 M€
12 PASSIVOS FINANCEIROS	1,9 M€	5,1 M€
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,4 M€	0,4 M€
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	0,0 M€	0,0 M€
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>128,6 M€</b>	<b>136,1 M€</b>
SALDO DE GERÊNCIA PREVISÍVEL	20,0 M€	20,2 M€
LIMITE 15% - CUMPRINDO A REGRA DO EQUILÍBRIO	18,4 M€	18,7 M€
<b>TOTAL</b>	<b>167,0 M€</b>	<b>175,0 M€</b>

PROPOSTA DO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2022 E ORÇAMENTO DA DESPESA FINAL DE 2021 \*

Designação	Variação	
	2022	2021
01 DESPESAS COM PESSOAL	41,9 M€	41,0 M€
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	49,7 M€	46,4 M€
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	0,2 M€	0,2 M€
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14,0 M€	16,2 M€
05 SUBSÍDIOS	6,7 M€	5,1 M€
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1,2 M€	0,8 M€
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	40,9 M€	52,3 M€
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7,1 M€	7,4 M€
09 ATIVOS FINANCEIROS	0,9 M€	1,8 M€
10 PASSIVOS FINANCEIROS	3,5 M€	3,5 M€
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,9 M€	0,2 M€
<b>TOTAL</b>	<b>167,0 M€</b>	<b>175,0 M€</b>

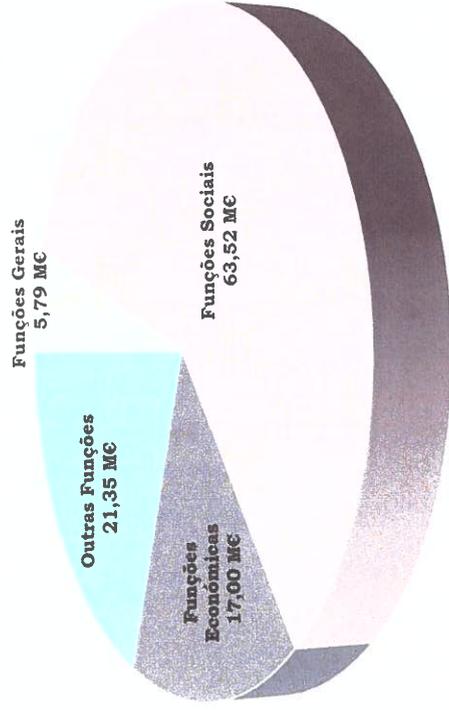
\* Orçamento de 2021 após alterações e revisões orçamentais

20/21

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



# GOP POR FUNÇÕES PARA 2022



FUNÇÕES	M€	
	GOP 2022	%
111- Administração geral	4,35	4,04%
121-Protecção civil e luta contra incêndios	1,41	1,31%
122-Polícia municipal	0,03	0,03%
211-Ensino não superior	3,57	3,32%
212-Serviços auxiliares de ensino	14,57	13,54%
220-Saúde	2,17	2,01%
232-Accão social	0,79	0,73%
241-Habitação	7,70	7,15%
242-Ordenamento do território	14,83	13,77%
244-Abastecimento de água	0,82	0,76%
245-Resíduos sólidos	7,34	6,82%
246-Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	1,86	1,72%
251-Cultura	6,74	6,26%
252-Desporto, recreio e lazer	3,13	2,91%
320-Indústria e energia	3,85	3,58%
331-Transportes rodoviários	9,41	8,74%
332-Transportes aéreos	0,09	0,09%
341-Mercados e feiras	0,47	0,44%
342-Turismo	0,88	0,82%
350-Outras funções económicas	2,29	2,12%
410-Operações da dívida autárquica	0,00	0,00%
420-Transferências entre administrações	21,35	19,83%
430-Diversas não especificadas	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>107,65</b>	<b>100,00%</b>

21/21

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GOP PARA 2022



## FREGUESIAS – DOTAÇÕES NAS GOP 2022

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS (DOTAÇÃO)		FINANCIAMENTO JUNTAS DE FREGUESIA - TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS		APOIO AO FUNCIONAMENTO E TRANSFERÊNCIAS DE IMI 2022 (3)		TOTAL GERAL (1) + (2) + (3)
ANOS ANTERIORES	2022	2022 (2)				
3,7 M€	1,4 M€	3,2 M€		0,7 M€		9,1 M€
TOTAL		TOTAL (1)				



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA**

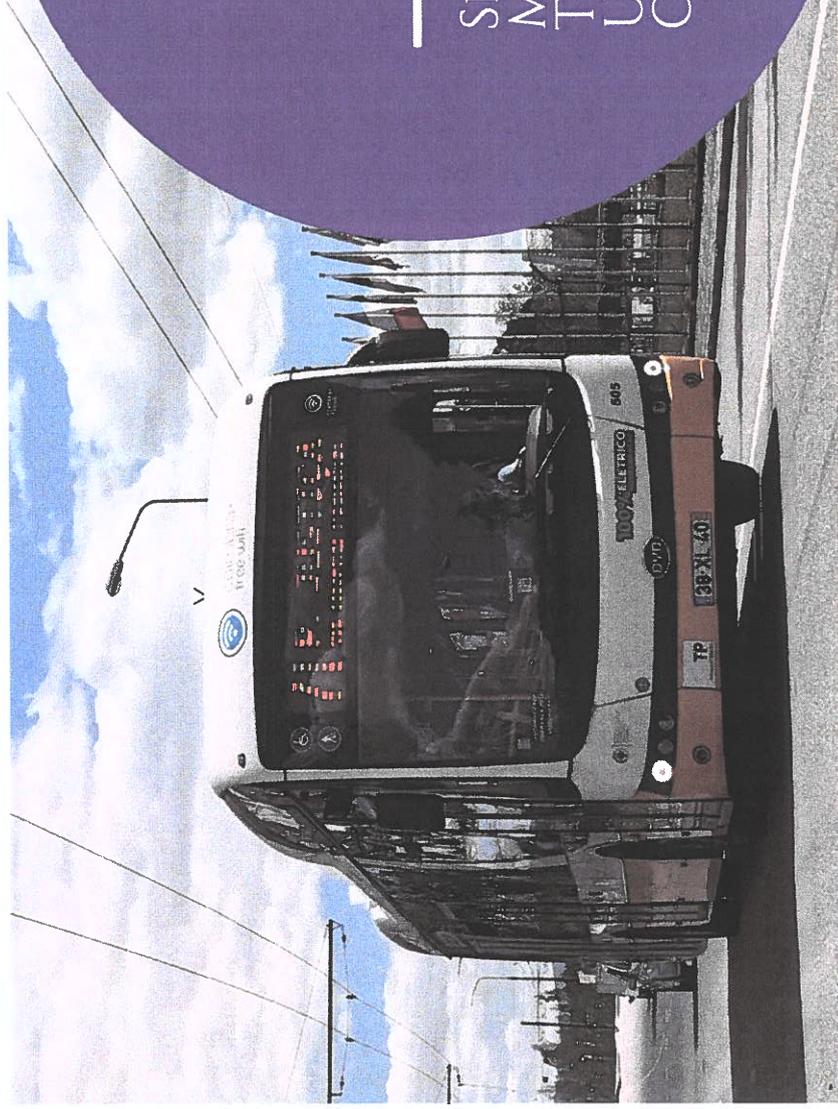
# **ANEXO II**

**Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para o ano de 2022**

**(Páginas de 1 a 26)**

1.126

# Grandes Opções do Plano e Orçamento 2022



SERVIÇOS  
MUNICIPALIZADOS DE  
TRANSPORTES  
URBANOS DE  
COIMBRA

**SMTUC**

28 de dezembro de 2021

# SMTUC

Estrutura municipal vocacionada para assegurar o Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Coimbra;

Tem como principal objetivo satisfazer as necessidades de mobilidade e acessibilidade da população, garantindo a **função social** e a sustentabilidade do serviço prestado.



# MISSÃO

Garantir uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiem a opção do uso do transporte coletivo.



# TARIFÁRIO

SERVIÇOS  
MUNICIPALIZADOS DE  
TRANSPORTES  
URBANOS DE  
COIMBRA



# Tarifário

4/21

SERVIÇOS  
MUNICIPALIZADOS DE  
TRANSPORTES  
URBANOS DE  
COIMBRA



Grandes Opções  
do Plano  
e Orçamento  
2022

BILHETES PRE-COMPRADOS, PASSE REDE GERAL, BILHETE DE MOTORISTA		PREÇO	PREÇO POR DESLOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>BILHETES PRE-COMPRADOS</b>				
3 DESLOCAÇÕES		2,20 €	0,73 €	
4 DESLOCAÇÕES		2,50 €	0,63 €	
5 DESLOCAÇÕES		3,15 €	0,63 €	
6 DESLOCAÇÕES		3,80 €	0,63 €	
7 DESLOCAÇÕES		4,40 €	0,63 €	
8 DESLOCAÇÕES		4,65 €	0,58 €	
9 DESLOCAÇÕES		5,25 €	0,58 €	
10 DESLOCAÇÕES		5,80 €	0,58 €	
11 DESLOCAÇÕES		6,40 €	0,58 €	
<b>BILHETE PARA 1 DIA</b>				
BILHETE PARA 1 DIA - FAMÍLIA NUMEROSA			0,70 €	
PASSE REDE GERAL			30,00 €	
BILHETE DE MOTORISTA			1,60 €	
<b>PASSES SOCIAIS ESPECIAIS</b>				
<b>TRANSPORTE ESCOLAR</b>				
TÍTULO DE TRANSPORTE	ANILHE	GRATUITO		OBSERVAÇÕES
TRANSPORTE ESCOLAR	Anilhe	Gratuito		É APLICADO O PLANO DE PREÇOS PARA ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, COM EXCEÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, QUE SE ENQUADRA NA CATEGORIA DE PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	Gratuito		
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	Gratuito		
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	12,00 €		
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	12,00 €		
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	6,00 €		
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	35,00 €		
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	1,00 €		
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	15,00 €		
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	12,00 €		
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	15,00 €		
TRANSPORTE ESCOLAR - ANILHE	Anilhe	6,00 €		
<b>SISTEMA ECOVIA</b>				
<b>TÍTULO DE TRANSPORTE</b>				
		PREÇO	PREÇO POR DESLOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
PASSE REDE GERAL - MENOR	Menor	35,00 €		VALIDO PARA TODA A REDE E NO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, EXCETO PARA OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, QUE SE ENQUADRA NA CATEGORIA DE PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.
PASSE REDE GERAL - MENOR	Menor	20,00 €		
3 DESLOCAÇÕES - ESTACIONAMENTO		2,60 €	1,30 €	
4 DESLOCAÇÕES - ESTACIONAMENTO		4,20 €	1,05 €	
5 DESLOCAÇÕES - ESTACIONAMENTO		1,50 €	0,75 €	
6 DESLOCAÇÕES - ESTACIONAMENTO		1,95 €	0,98 €	
7 DESLOCAÇÕES - ESTACIONAMENTO		3,15 €	0,79 €	
<b>CARTÕES DE SUPORTE</b>				
<b>CARTEJA</b>				
Carteja Família		6,00 €		OBSERVAÇÕES
Carteja Jovem		0,50 €		VALIDO PARA TODA A REDE E NO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, EXCETO PARA OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, QUE SE ENQUADRA NA CATEGORIA DE PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

\*) No período de 1 hora contíguo, passas a 1.ª categoria, mediante os transportes imprevistos de carácter inesperado, sendo de validade limitada no tempo e no espaço. Após a última validação dentro desse período, permite a conclusão da viagem em curso independentemente do tempo que esta dure.

\*\*) As condições de atribuição para os diversos Títulos de Transporte devem ser consultadas nas Lojas SMITUC ou em [www.smituc.pt](http://www.smituc.pt).

\*\*\*) Este Tarifário de Transportes é aplicado apenas a transportes de passageiros do Sistema Ecovia. Não compete a estes preços o serviço de atendimento ao cliente.

OS PREÇOS INCLUEM IVA A TAXA LEGAL EM VIGOR

O TRANSPORTE DE CRIANÇAS ATÉ AOS 5 ANOS DE IDADE SEMPRE SEMPRE TEM QUE SER COM O CUPOM LUCAR

**UTILIZE SEMPRE TÍTULO DE TRANSPORTE VÁLIDO**

**COIMA APLICAR EM CASO DE INFRAÇÃO**  
De 120,00 € a 350,00 €

(Em vigor desde 01.01.2022)

# TARIFÁRIO

## MANUTENÇÃO DO TARIFÁRIO EM VIGOR

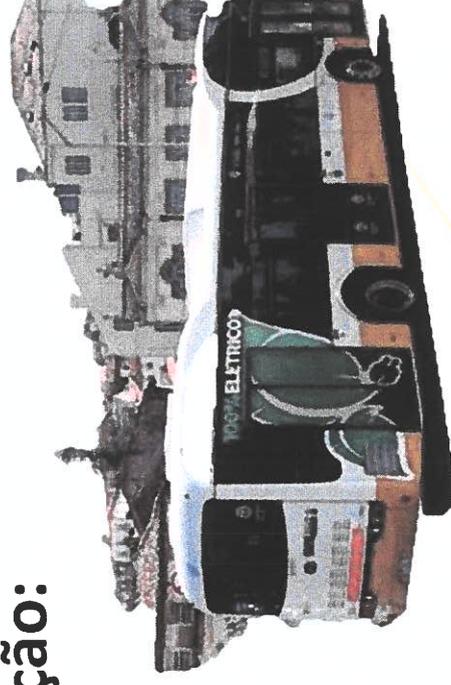
- ✓ **Incentivo à utilização dos transportes públicos;**
- ✓ **Apoio às famílias mais carenciadas ou que não tenham alternativa de transporte;**
- ✓ **Cativar a população jovem (em idade escolar).**
- ✓ **Benefícios em termos ambientais e de qualidade do espaço público**

# PRODUÇÃO

## REDE DE TRANSPORTES

- ✓ Recuperação dos passageiros perdidos;
- ✓ Reestruturação e estabilização da rede de transportes;
- ✓ Melhoria da qualidade do serviço prestado à população:

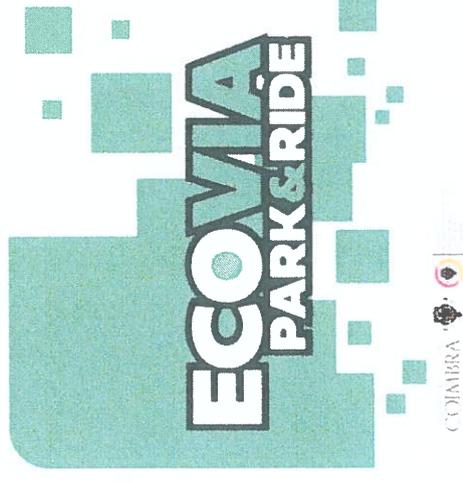
- + Confiança
- > Fiabilidade
- + Qualidade



# PRODUÇÃO

## SISTEMA ECOVIA

- ✓ Reflexão sobre o projeto;
- ✓ Redefinição do serviço;
- ✓ Introdução de medidas de incentivo à sua utilização;
- ✓ Criação de parques periféricos nas principais entradas da cidade;
- ✓ Reforço da fiscalização das zonas de estacionamento.



# PRODUÇÃO

## PRINCIPAIS INDICADORES

- ✓ 657 km de extensão (rede viária);
- ✓ 109 linhas regulares;
- ✓ 7 milhões de Km percorridos;
- ✓ 13 milhões de passageiros transportados.



# INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

## GRANDES APOSTAS

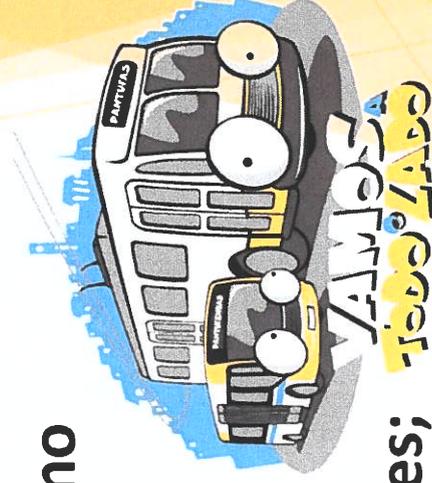
- ✓ Disponibilização de informação em plataformas de mobilidade e aplicações móveis;
- ✓ Identificação de todas as paragens através de QR Code;
- ✓ Nova plataforma de emissão e disponibilização de horários;
- ✓ Alargamento da rede de painéis de informação instalados nos pontos de paragem, grandes centros e no interior da frota.



# PROMOÇÃO DO SERVIÇO

## CAMPANHAS DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO

- ✓ Recurso às redes sociais
- ✓ Visitas a estabelecimentos de ensino básico, secundário e universitário;
- ✓ Participação em eventos;
- ✓ Colaboração com diversas entidades;
- ✓ Promoção de visitas às instalações.

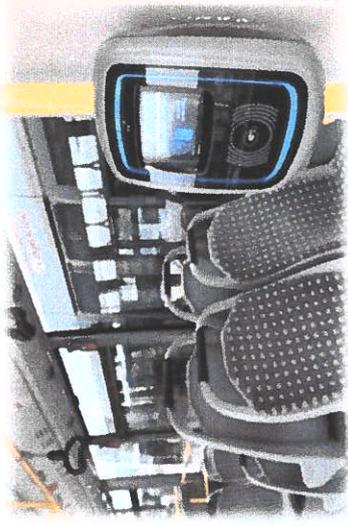




# SISTEMA DE BILHÉTICA INTERMODAL

## OPORTUNIDADES

- ✓ **Introdução de novas tecnologias e funcionalidades;**
- ✓ **Diversificação dos canais de venda (online, máquinas automáticas, ATM, MB WAY);**
- ✓ **Desmaterialização da bilhética (smartphones);**
- ✓ **Possibilidade de integração de outros operadores.**





# Resumo do Orçamento

## RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2022

Euros

Receitas		Despesas	
Correntes	22 303 589	Correntes	20 398 099
Capital	3 517 098	Capital	6 211 245
Total	25 820 687	Total	26 609 344
Efetivas	25 820 687	Efetivas	26 609 344
Não efetivas	788 667	Não efetivas	10
Total	26 609 354	Total	26 609 354
<b>Total Geral</b>	<b>26.609.354</b>	<b>Total Geral</b>	<b>26.609.354</b>

# Resumo do Orçamento - Nota Introdutória

- ✓ Os SMTUC asseguram o transporte de passageiros no concelho de Coimbra e prestam um serviço de **cariz social**.
- ✓ O **tarifário** não sofre alterações desde 2012.
- ✓ As **receitas** correntes dos SMTUC são provenientes na sua maioria da atividade do transporte de passageiros e da exploração das zonas de estacionamento de duração limitada e parques de estacionamento.
- ✓ As receitas de exploração não cobrem as despesas correntes pelo que o orçamento para 2022 contempla uma transferência corrente no total de € **9.399.440,00**, da qual 6.684.916,00 corresponde ao Subsídio à Exploração da CMC, valor que se mantém constante desde 2019.
- ✓ O diferencial é proveniente da redução tarifária (**PART**) e demais apoios aos operadores concedidos pelo Estado para compensação da perda de receitas devido à COVID 19.



# Resumo do Orçamento - Nota Introdutória

- ✓ Tendo em conta os objetivos definidos para a produção, anteriormente mencionados, pretende-se recuperar a confiança dos passageiros e estimular a procura para níveis pré-pandemia.
- ✓ Assim as receitas correntes para 2022 registam **um acréscimo de € 2.467.773 face ao Orçamento de 2021.**
- ✓ A receita de capital inclui o valor das transferências provenientes do **POSEUR** para financiamento da aquisição de 5 viaturas elétricas standard e do empréstimo contratado para financiamento da contrapartida nacional deste projeto, bem como as verbas para financiamento da aquisição do sistema de bilhética no valor de **€ 858.160,00** e o valor de **€ 660.074,00** para alargamento da oferta no âmbito do **PART**.



# Resumo do Orçamento - Nota

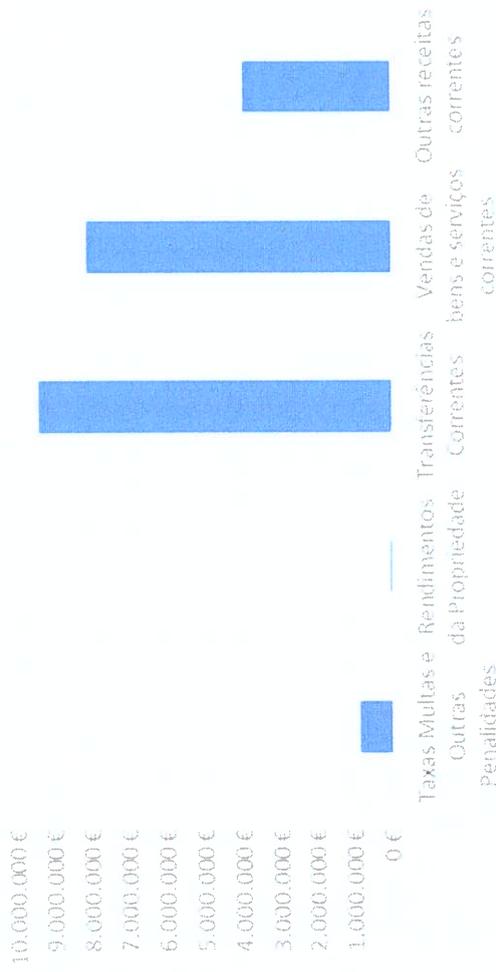
## Introdutória

- ✓ As **despesas correntes** para 2022 registam um **acréscimo de € 1.864.010** face ao Orçamento de 2021, dos quais **€ 723.017** se referem a **despesas com pessoal** e **€1.193.820** a **aquisição de bens e serviços**.
- ✓ No que respeita a aquisição de bens, a variação mais significativa refere-se à despesa com a **aquisição do gasóleo**, motivada pela subida acentuada do preço, no valor de €846.730.
- ✓ Relativamente à aquisição dos serviços destaca-se o aumento de despesa com **conservação** de bens no valor de €500.000, em resultado da necessidade de assegurar a **manutenção da frota envelhecida**.
- ✓ As **despesas de capital** registam um aumento de **€ 927.298** face ao ano de 2021, para o que contribui a aquisição de viaturas de transporte de passageiros e aquisição de ferramentas e utensílios que incluem investimento em painéis de informação ao público, nova plataforma de emissão e disponibilização de horários e sistema de apoio à exploração.

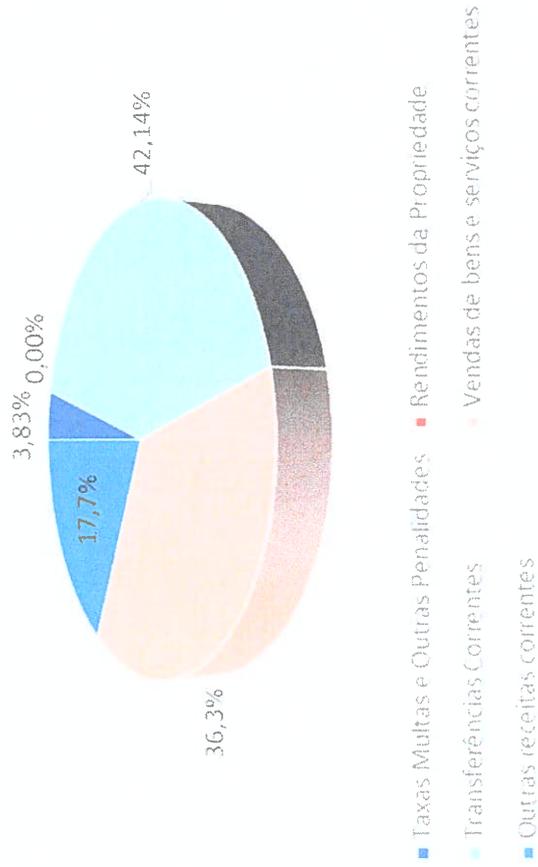


# Receita 2022

## RECEITA CORRENTE

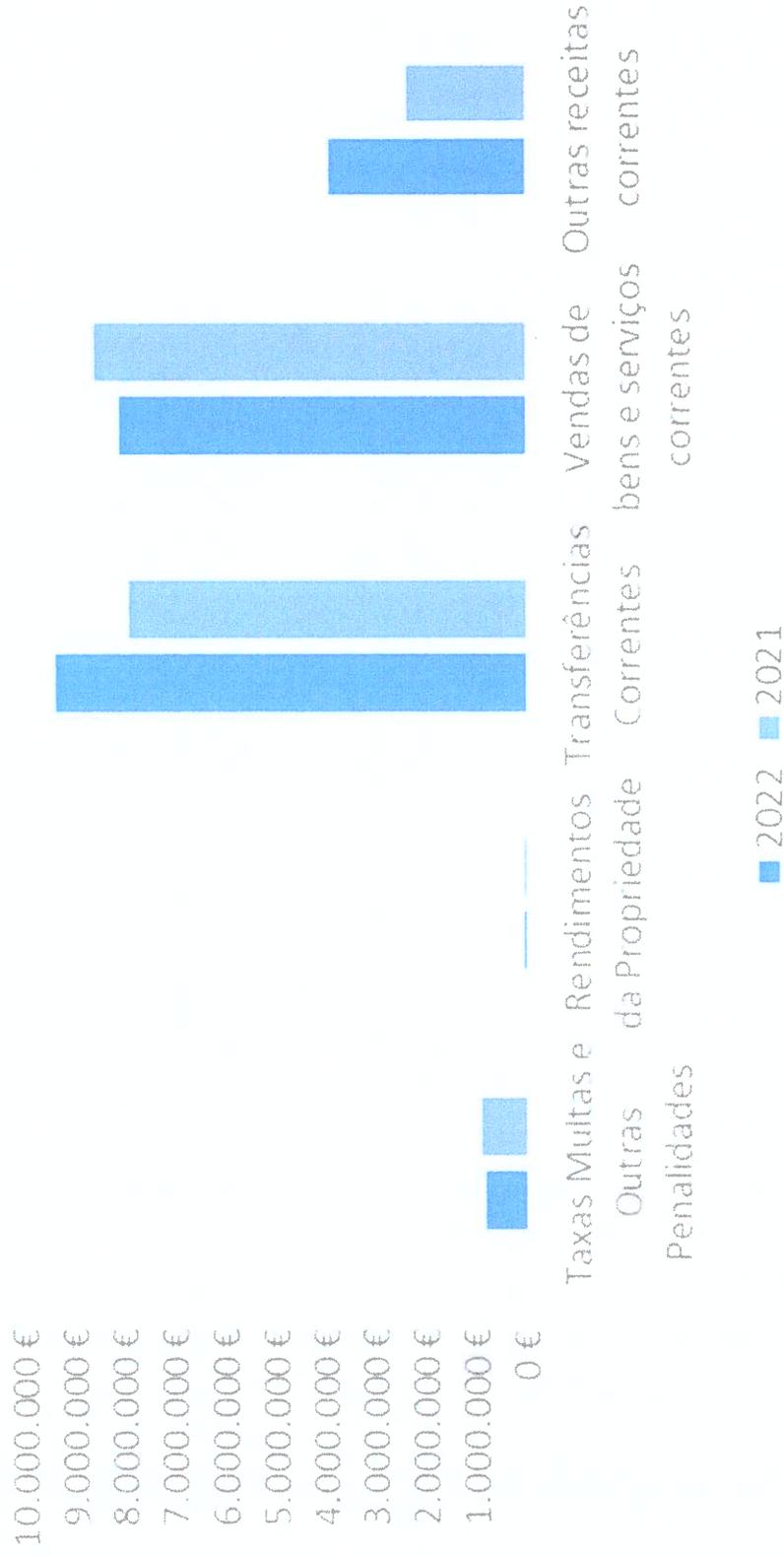


## ESTRUTURA DA RECEITA CORRENTE



# Receitas Correntes 2022/21

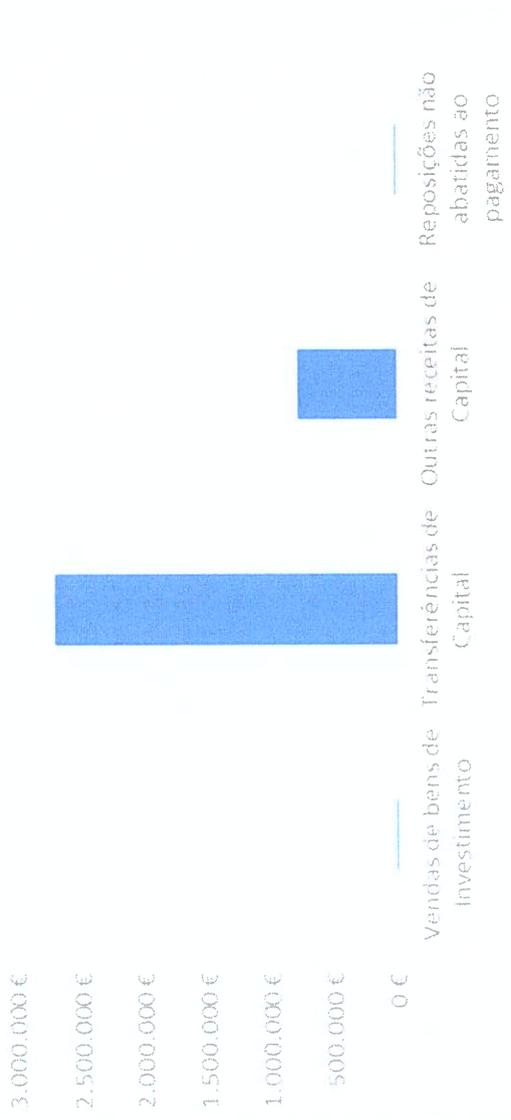
## Comparação de Receitas Correntes



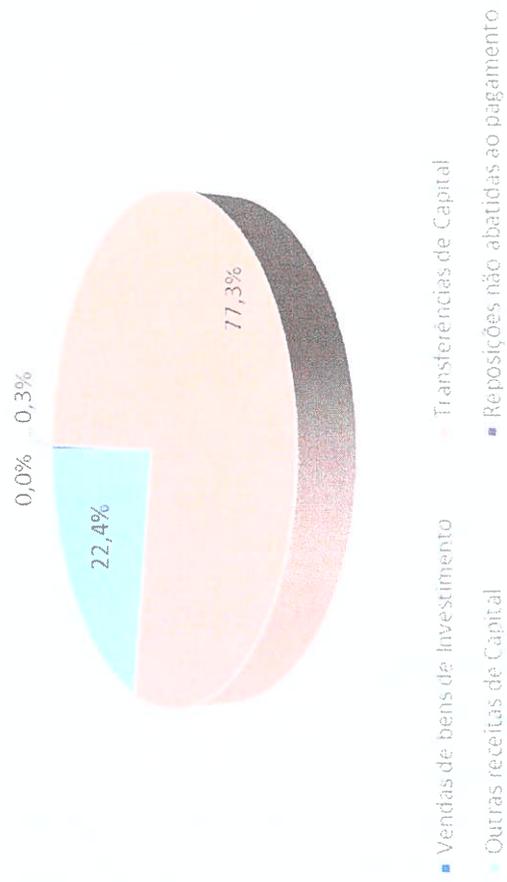
# Receita 2022

18/2

## RECEITA CAPITAL



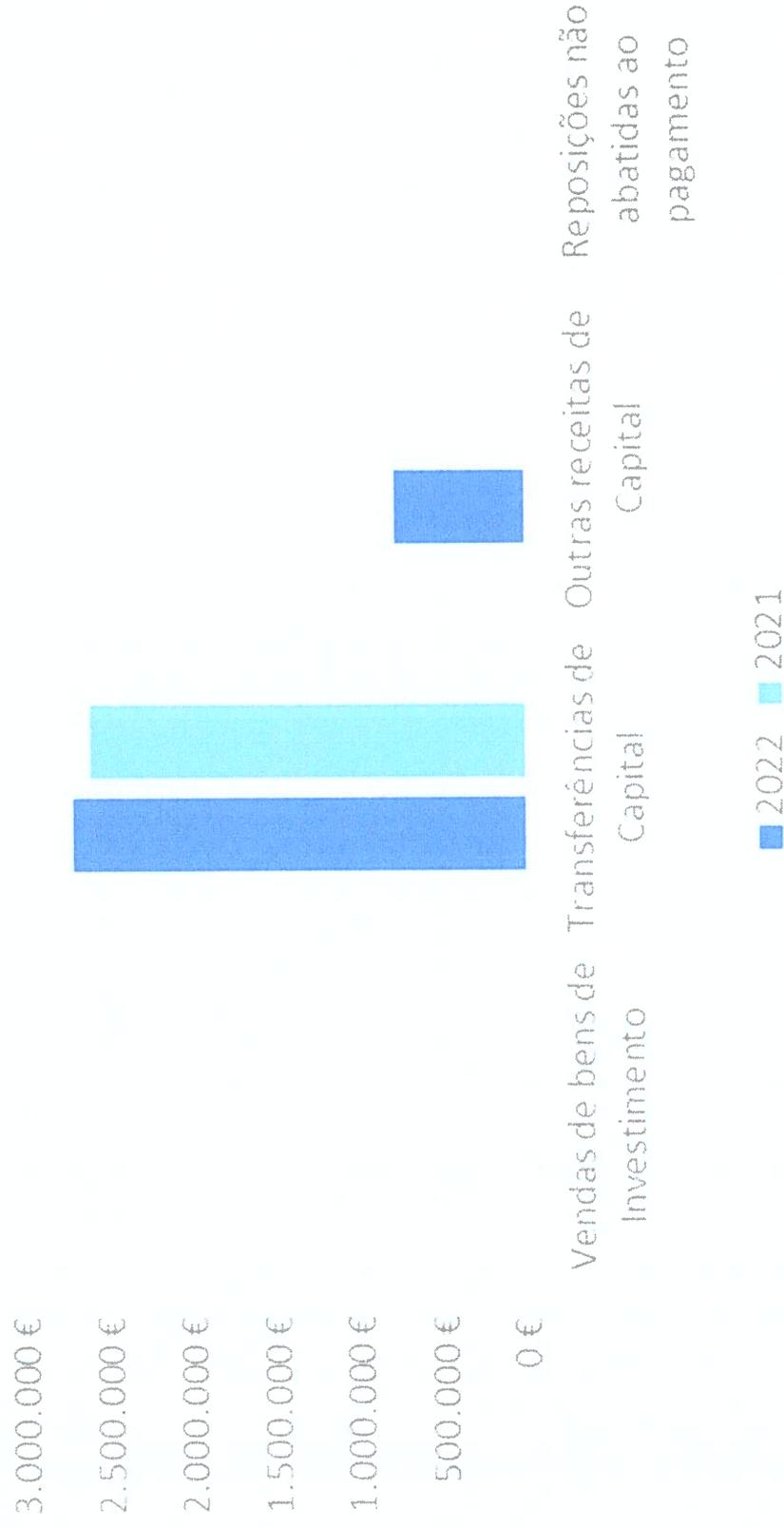
## ESTRUTURA DA RECEITA DE CAPITAL



# Receitas de capital 2022/21

19/2

## Comparação de Receitas de Capital

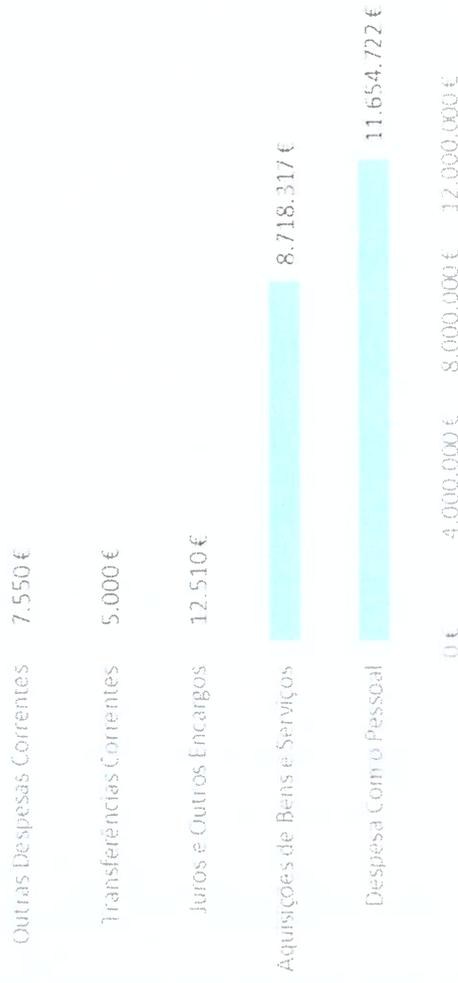


# Despesa 2022

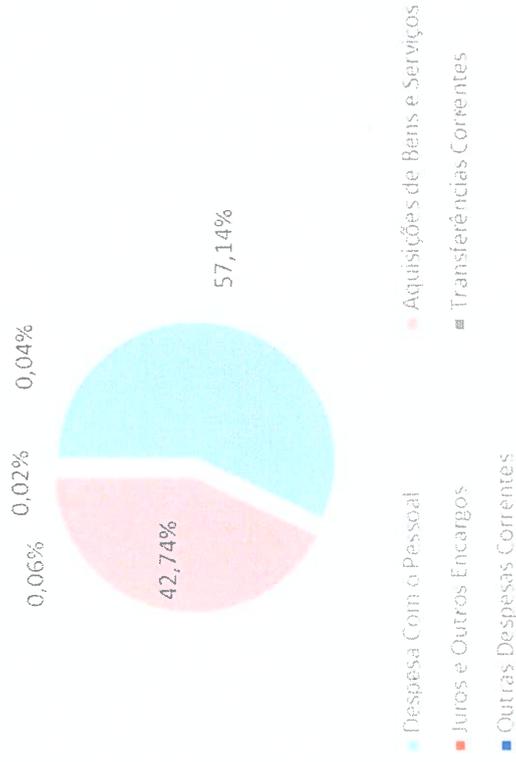
20/21



## DESPESAS CORRENTES



## ESTRUTURA DA DESPESA CORRENTE

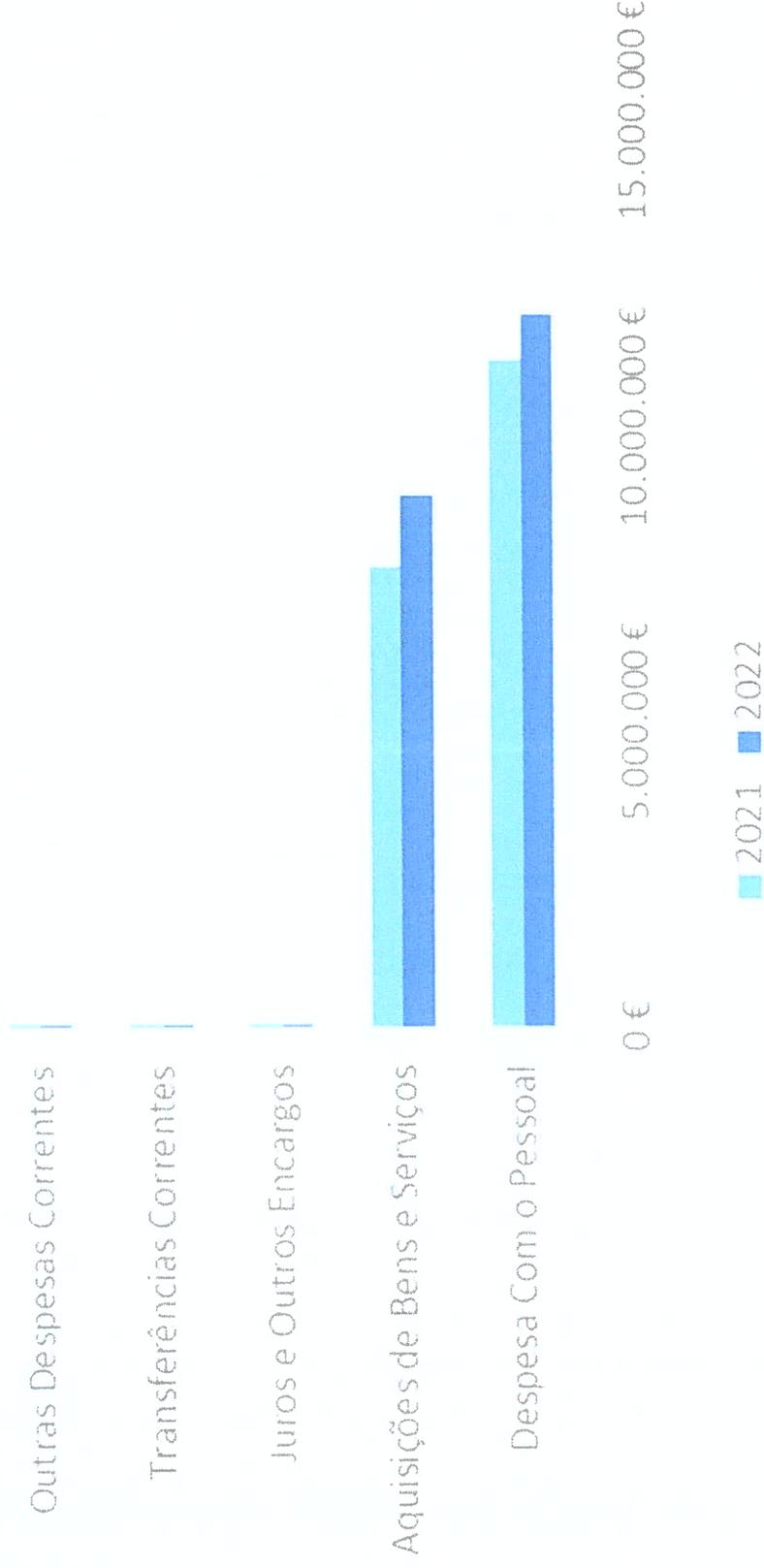


# Despesas Correntes 2022/21

21/26

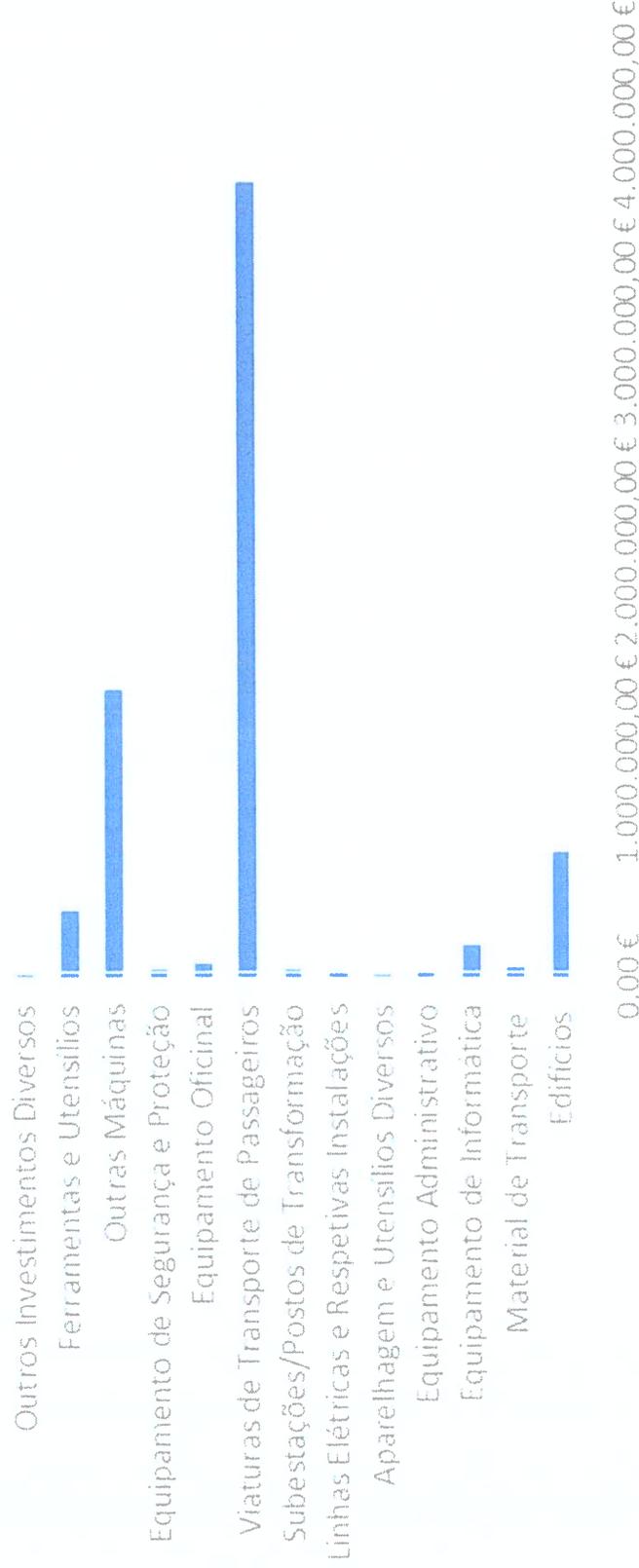


## Comparação da Despesa Corrente



# Despesa 2022

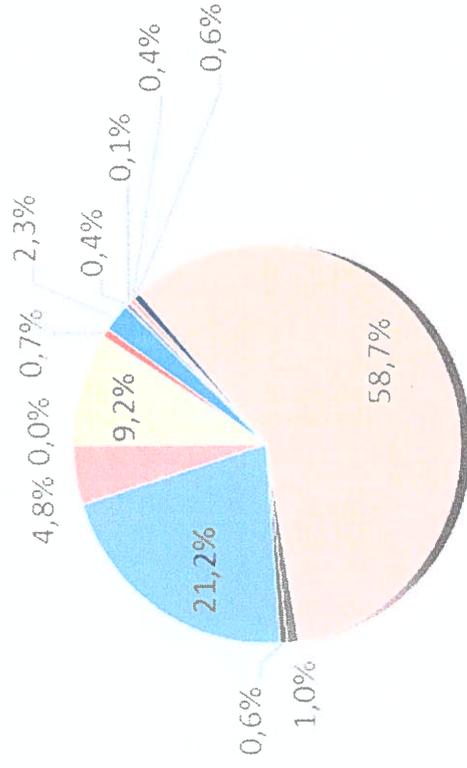
## Despesas de Capital



Grandes Opções  
do Plano  
e Orçamento  
2022

# Despesa 2022

## Estrutura de Despesa de Capital



- Edifícios
- Equipamento de Informática
- Aparelhagem e Utensílios Diversos
- Subestações/Postos de Transformação
- Equipamento Oficial
- Outras Máquinas
- Outros Investimentos Diversos
- Material de Transporte
- Equipamento Administrativo
- Linhas Elétricas e Respetivas Instalações
- Viaturas de Transporte de Passageiros
- Equipamento de Segurança e Proteção
- Ferramentas e Utensílios

Grandes Opções  
do Plano  
e Orçamento  
2022

23/26



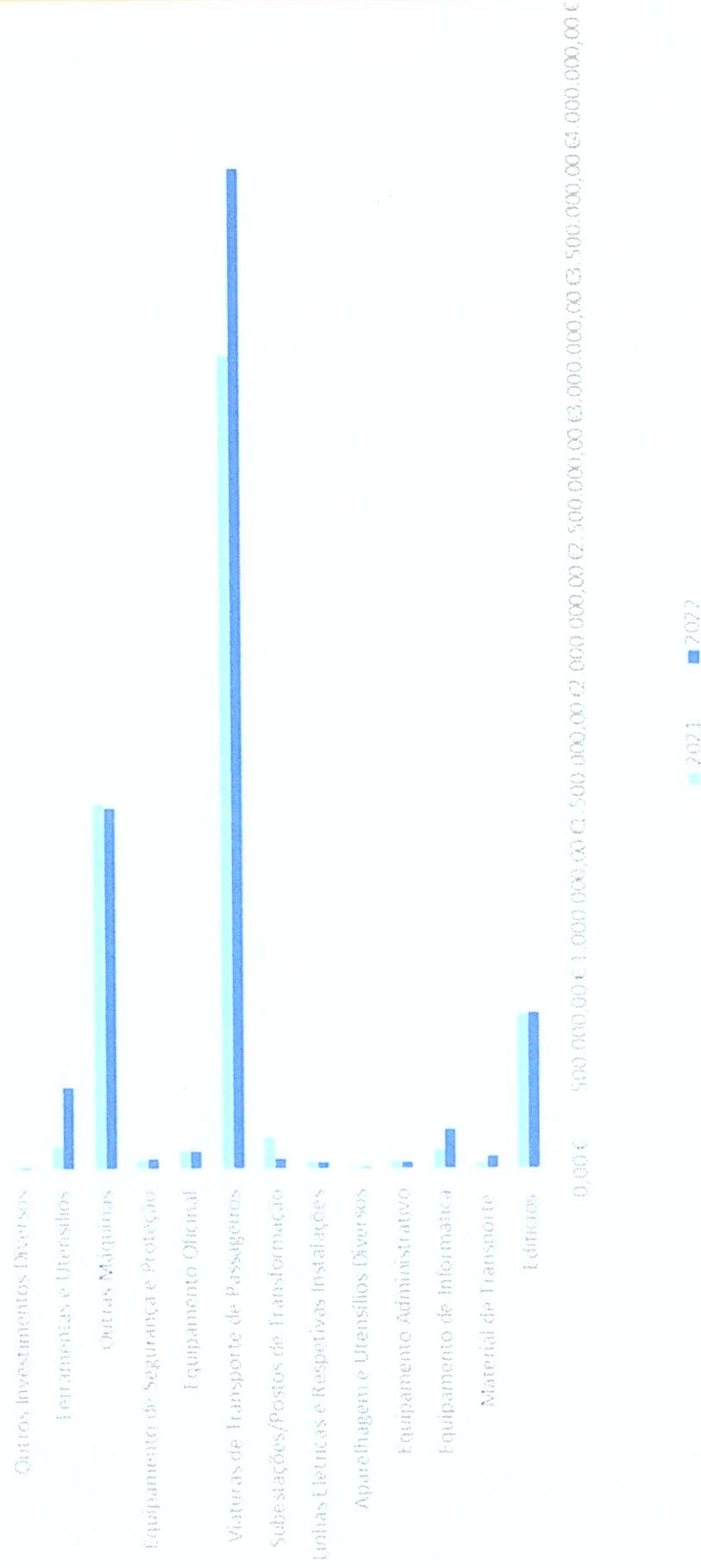
# Despesas de Capital 2022/21

24/21

SERVIÇOS  
MUNICIPALIZADOS D  
TRANSPORTES  
URBANOS D  
COIMBRA



Comparação da Despesa de Capital



Grandes Opções  
do Plano  
e Orçamento  
**2022**

# Plano Plurianual de Investimentos - Nota Introdutória

- ✓ Este documento apresenta um investimento total definido de **€ 6.211.245**, assumindo particular relevância o objetivo de melhoria da qualidade do serviço de transporte de passageiros com o valor de **€ 3.645.201**, revelando a estratégia definida para 2022 que privilegia a aquisição de 5 viaturas novas elétricas standard de transporte de passageiros e de viaturas usadas euro VI e a entrada em pleno do novo sistema de bilhética com o valor de **€ 1.222.960**.
- ✓ Destaca-se também o investimento na melhoria das condições de trabalho e atendimento dos municípios no total de **€ 705.880,00**, que contempla uma intervenção na **estação de serviço e remodelação da rede de drenagem industrial** no valor de € 399.750,00.



# Plano Plurianual de Investimentos

26/26

SERVIÇOS  
MUNICIPALIZADOS E  
TRANSPORTES  
URBANOS E  
COMBURA



Grandes Opções  
do Plano  
e Orçamento  
2022

Objetivo/Programa	Financiamento Definido
<b>Investimento na Melhoria da Qualidade do Serviço de Transporte de Passageiros</b>	<b>5.243.314 €</b>
Aquisição/ Reparação de Viaturas de Transporte de Passageiros	3.645.201 €
Sistema de Apoio à Exploração	207.837 €
Equipamento de Bilhética	1.229.120 €
Linhas Elétricas, Subestações e Equipamento Básico Diverso	124.256 €
Sistema integrado Gestão Horários e Escalas	36.900 €
<b>Investimento na Melhoria das Condições de Trabalho e Atendimento dos Municipais</b>	<b>705.880 €</b>
Edifícios e Outras Construções	588.150 €
Equipamento de Segurança	36.900 €
Equipamento Administrativo	80.830 €
<b>Investimento na Racionalização de Estacionamento do Centro da Cidade</b>	<b>86.100 €</b>
Parcómetros e Parques de Estacionamento	86.100 €
<b>Investimentos Diversos</b>	<b>175.951 €</b>
Equipamento de Transporte	43.808 €
Ferramentas e Utensílios	36.900 €
Outras imobilizações Corpóreas	95.243 €
<b>Total Geral</b>	<b>6.211.245 €</b>